

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

ELIANE AMÉLIA VALINHO ABREU

EGRESSOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, *CAMPUS* BOM JESUS DO
ITABAPOANA: UMA ANÁLISE DE SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Junho de 2019

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

ELIANE AMÉLIA VALINHO ABREU

EGRESSOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, *CAMPUS* BOM JESUS DO
ITABAPOANA: UMA ANÁLISE DE SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Planejamento Regional e
Gestão de Cidades da Universidade
Cândido Mendes – Campos dos
Goytacazes/RJ como requisito para
obtenção do grau de MESTRE EM
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES.

Orientador: Profa. D. Sc. Ludmila Gonçalves da Matta.

Campos dos Goytacazes, RJ.
Junho de 2019

Catálogo na Fonte

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 014/2019

Abreu, Eliane Amélia Valinho.

Egressos do Instituto Federal Fluminense, Campus Bom Jesus do Itabapoana: uma análise de sua inserção no mundo do trabalho. / Eliane Amélia Valinho Abreu. – 2019.

120 f.; il.

Orientador: Ludmila Gonçalves da Matta.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

Referências: 101-105.

1. Ensino técnico profissionalizante. 2. Instituto Federal Fluminense – Campus Bom Jesus do Itabapoana. I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU – 373.6

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirolamo CRB 7^a-6723

EGRESSOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA: UMA ANÁLISE DE SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ como requisito para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 26 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ludmila Gonçalves da Matta, D. Sc. - Orientador
Universidade Cândido Mendes

Prof. Valdir Júnio dos Santos, D. Sc.
Universidade Cândido Mendes

Prof.^a Thais Romano de Vasconcelos e Almeida, D. Sc.
Instituto Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes, RJ.
Junho de 2019

Dedicatória

Dedico esta dissertação às pessoas mais presentes em minha vida:

Minha mãe, Maria Reis Valinho (*in memoriam*), pois sinto que está vivendo esse momento mágico comigo.

Meu pai, José Teixeira Valinho (*in memoriam*), que sempre vibrou com minhas conquistas.

Meus irmãos, minhas cunhadas, meus sobrinhos (as), pelo incentivo direto ou indireto e por acreditarem no meu sonho.

Meu esposo, companheiro, a pessoa que escolhi para compartilhar minha vida, Écio Abreu, pelo apoio recebido no decorrer do curso.

Minha amada filha meu maior e melhor PRESENTE. Obrigada filha pelo incentivo!

Não teria chegado até aqui sem o apoio de vocês!

Sinceramente o apoio de vocês, o amor de vocês fez e faz a muita diferença em minha vida.

Agradecimento

Agradeço a DEUS, pois só ele conhece cada um de nós e coloca pessoas tão especiais ao nosso lado capazes de nos fortalecer e fazer com que acreditemos em nossa capacidade.

Obrigada à minha família pelo amor incondicional;

Obrigada meus queridos colegas da turma de Mestrado de Planejamento e Gestão de Cidades. Foram momentos tensos, porém de muito companheirismo e carinho;

Obrigada à Universidade Cândido Mendes e toda a sua equipe;

Obrigada à professora orientadora Ludmila Gonçalves da Matta, que sempre me apoiou;

Obrigada ao Instituto Federal Fluminense, pela realização de um sonho;

Obrigada aos colegas da instituição, pelo apoio na realização da pesquisa;

Finalmente, quero agradecer à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram, pelas revisões incansáveis ao longo da elaboração deste trabalho e dizer que ninguém vence sozinho.

RESUMO

EGRESSOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA: UMA ANÁLISE DE SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.

O estudo sobre o egresso é de extrema relevância na medida em que possibilita um levantamento de informações podendo gerar resultados relacionados ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais. O estudo objetivou analisar os egressos do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, e sua inserção no mundo do trabalho. O *campus* está localizado em uma área rural, cujo Arranjo Produtivo Local é a agropecuária. Há que se considerar que a Lei 11.892/2008, a qual instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assume como finalidade/característica e objetivos ofertar a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades formando e qualificando profissionais, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local e regional; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. O presente estudo compreendeu os anos de 2012, 2014 e 2016. A pesquisa é de natureza quantitativa-qualitativa em razão da importância da complementação entre as diferentes metodologias para melhor compreensão do objeto de estudo por meio de questionário. Foi realizado um levantamento documental e eletrônico, com o propósito de subsidiar e compreender o assunto abordado. Os resultados obtidos mostraram que a maior parte dos egressos continua estudando e que não há um número expressivo de egressos técnico em agropecuária atuando na área, podendo considerar como motivação a falta de investimento na região, no entanto, os egressos acreditam numa perspectiva de crescimento na área.

PALAVRAS-CHAVE: Agropecuária. Ensino técnico profissionalizante. Trajetória do egresso.

ABSTRACT

GRADUATES OF THE FEDERAL INSTITUTE FLUMINENSE *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA: AN ANALYSIS OF THEIR INSERTION IN THE LABOR WORLD.

The study about the graduate is very relevant, as it enables a collection of information and it can engender results related to planning, definition and feedback of educational politics. The study aims to analyze the graduates from the technical course in agriculture and livestock technician offered by Federal Institute Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana and their insertion in the labor world. The *campus* is located in a rural area, which the local productive arrangement is farming. It's important to consider the law 11.892/2008, that instituted the Federal Institutes of Education, Science and Technology with the finality/quality and objectives: to offer professional and technological education, including all levels and modalities, educating and qualifying professionals, with a view to the local and regional socioeconomic development; stimulate and support educative process that leads to job creation and emancipation of the citizens in perspective of the local and regional socioeconomic development. This study includes the years 2012, 2014 and 2016. The research presents quantitative-qualitative nature due to the importance of the complementation between the different methodologies for better understanding of the study's object by a questionnaire. A documentary and electronic survey was carried out, with the purpose of subsidizing and comprehending the addressed subject. The results show that most of the graduates keep studying and there's not an expressive number of graduates working in the field of agriculture and livestock technician, which can be considered as motivated by the lack of investments in the region. However, the graduates believe in a growth prospect in the area.

KEY WORDS: Farming. Vocational technical education. Egress trajectory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Expansão da Rede Federal de EPT: 1909 a 2002; e 2003 a 2010.	42
Figura 2: Mapa da Expansão da Rede Federal.....	43
Figura 3: Escola de Aprendizes e Artífices em 1909.	46
Figura 4: Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas.....	52
Figura 5: Vista parcial do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges em 1970	57
Figura 6: Vista parcial do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges/UFF em 2008.	59
Figura 7: Vista parcial do IFF Campus Bom Jesus do Itabapoana em 2011	60
Figura 8: Vista parcial da ampliação do Campus Bom Jesus do Itabapoana em 2018	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento populacional entre os anos 2000 e 2010	53
Tabela 2: Participação das atividades econômicas de Bom Jesus do Itabapoana em relação ao Estado do Rio de Janeiro	53
Tabela 3: Participação das atividades de Bom Jesus do Itabapoana no PIB municipal	54
Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Bom Jesus do Itabapoana-RJ	54
Tabela 5: Índices de Renda, Pobreza e Desigualdade em Bom Jesus do Itabapoana-RJ.....	55
Tabela 6: Evolução da população urbana e rural em Bom Jesus do Itabapoana-RJ	55
Tabela 7: Índices de ocupação da população adulta em Bom Jesus do Itabapoana-RJ.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Perfil (gênero) dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	68
Gráfico 2: Perfil (idade) dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	69
Gráfico 3: Modalidade do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).....	70
Gráfico 4: A origem da instituição dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/ 2016).....	71
Gráfico 5: Nível de formação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	71
Gráfico 6: Situação atual dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	73
Gráfico 7: Trabalho/área de formação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	74
Gráfico 8: Trabalho/ área de formação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).....	75
Gráfico 9: Tempo/atividade profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	76
Gráfico 10: Satisfação/atividade profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	76
Gráfico 11: Vínculo empregatício dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/ 2016).....	77
Gráfico 12: Forma de obter o vínculo empregatício dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	78
Gráfico 13: salarial dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).....	79
Gráfico 14: Nível de satisfação/ aspecto financeiro dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	80
Gráfico 15: Perspectiva de crescimento profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).....	82
Gráfico 16: Atuação/trabalho profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/, 2014/2016).....	84

Gráfico 17: Atuação/trabalho profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).	85
Gráfico 18: Desenvolvimento cultural/pessoal dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	86
Gráfico 19: Desenvolvimento cultural/pessoal dos egressos do IFF Bom Jesus (2012/2014/2016).	87
Gráfico 20: Curso de graduação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).	88
Gráfico 21: Curso realizado/realização dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	89
Gráfico 22: Contato com a instituição do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	90
Gráfico 23: Conceito atribuído ao curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	91
Gráfico 24: Motivo/escolha do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	92
Gráfico 25: Motivo/ escolha do curso Técnico em Agropecuária (2012/2014/2016).	92
Gráfico 26: – Dedicção aos estudos, curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	94
Gráfico 27: Pontualidade/assiduidade ao curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus Itabapoana (2012/2014/2016).	95
Gráfico 28: Envolvimento nas atividades do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	96
Gráfico 29: Autoavaliação de desempenho do egresso do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).	96

LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BM	Banco Mundial
CAPIL	Cooperativa Agrária de Itaperuna Ltda
CAVIL	Cooperativa Agrária do Vale do Itabapoana Ltda
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CNE	Conselho Nacional de Educação
COOPERCANOL	Cooperativa de Produtores de Café do Noroeste Fluminense
CTAIBB	Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETF	Escola Técnica Federal
ETP	Educação Técnica e Profissionalizante
ETV	Escola Técnica Vinculada
FIRJAN	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFFLUMINENSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NF	Norte Fluminense
NOF	Noroeste Fluminense
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Planos Pedagógicos do Curso
PPV	Pesquisa sobre Padrões de Vida
REP	Reforma da Educação Profissional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	21
2.1. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.	21
2.2. A MUDANÇA DE PARADIGMA NO MUNDO DO TRABALHO.	29
2.3. A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL <i>VERSUS</i> EMPREGO	35
3 A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	41
3.1. INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: TRANSFORMAÇÕES E CONQUISTAS.....	46
3.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA	49
3.3. INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE <i>CAMPUS</i> BOM JESUS DO ITABAPOANA	56
3.4. OS CURSOS OFERECIDOS PELO IFF <i>CAMPUS</i> BOM JESUS DO ITABAPOANA.....	61
3.5. O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.....	63
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA COM OS EGRESSOS DO IFF <i>CAMPUS</i> BOM JESUS DO ITABAPOANA	67
4.1. ASPECTOS GERAIS DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA IFF <i>CAMPUS</i> BOM JESUS	68
4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA IFF <i>CAMPUS</i> BOM JESUS	72
4.3. AVALIAÇÃO DO CURSO/INSTITUIÇÃO.....	83
4.4. AUTOAVALIAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA IFF <i>CAMPUS</i> BOM JESUS	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 101

APÊNDICE I QUADRO LOCALIDADES ONDE FORAM CONSTITUÍDAS AS REITORIAS DOS NOVOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	106
APÊNDICE II QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFFLUMINESE <i>CAMPUS</i> BOMJESUS DO ITABAPOANA.....	107
ANEXO I MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TECNICO EM AGROPECUARIA MODALIDADE INTEGRADO	112
ANEXO II MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TECNICO EM AGROPECUARIA MODALIDADE CONCOMITANTE	114
ANEXO III PARECER DA CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMA - UFF – 2008.....	116
ANEXO IV PARECER DA CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - UFF – 2008.....	117
ANEXO V PARECER DA CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - UFF – 2008.....	118
ANEXO VI RESOLUÇÃO Nº 046/2008 – UFF.....	119

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como escopo analisar os egressos do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFFluminense, *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, e sua inserção no mundo do trabalho, tendo em vista que a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assume como finalidade e característica a oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Dessa forma, prioriza-se uma concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um processo educativo investigativo de geração que busca proporcionar e habilitar pessoas autônomas e críticas, a fim de propiciar o atendimento das peculiaridades sociais locais e regionais, promovendo a integração entre a educação básica e a educação profissional (BRASIL, 2008).

Os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, fonte de informações que possibilita retratar a forma como a sociedade, em geral, percebe e avalia as instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino estabeleçam um canal de comunicação com esse segmento.

A pesquisa de egressos se constitui numa ação importante nesse contexto, na medida em que possibilita o levantamento de informações em relação à situação dos egressos no mundo do trabalho. O resultado dessas pesquisas é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais das instituições (BRASIL, 2009).

Uma das dificuldades no campo da avaliação institucional pode ser apontada para a existência de poucas informações, tendo em vista que o aluno já saiu da instituição e o acompanhamento se torna mais complexo. Sendo assim, verifica-se a necessidade de criação de demandas na rotina de preenchimento e atualização dos dados do aluno no decorrer do curso, de modo a possibilitar a percepção em relação ao curso, bem como o nível de comprometimento da instituição com a sociedade.

O *Campus* Bom Jesus do Itabapoana tem como objetivo promover a educação profissional técnica de nível médio, estando organizado atualmente em sete áreas, quais sejam: Curso Técnico em Agropecuária, Curso Técnico em Agroindústria/Alimentos, Curso Técnico em Informática, Curso Técnico em Meio Ambiente, Curso Técnico em Química, Curso Técnico em Segurança do Trabalho. Além desses cursos, oferece, em nível de educação superior, o curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

O interesse em pesquisar o egresso do Curso Técnico em Agropecuária se justifica em virtude de o curso está localizado em um *campus* predominantemente rural, cujo Arranjo Produtivo Local (APL) é a agropecuária e seus desdobramentos.

Ressalta-se que a Lei nº 11.892/2008 de criação dos Institutos Federais destaca como característica de tais instituições a oferta de cursos que estejam em sintonia com os APLs, conforme explicitado em seu artigo 6º, inciso IV, a seguir:

Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimentos socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008)

Além disso, a referida lei traz também como característica, em seu inciso I, que “a oferta profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades deve formar e qualificar cidadãos com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. (BRASIL, 2008).

O município de Bom Jesus do Itabapoana, localizado na região Noroeste Fluminense – interior do Estado do Rio de Janeiro, apresenta um potencial voltado para a atividade pecuária de leite e de corte, que, com a adoção de melhorias de técnicas de manejo do rebanho, apresenta habilidades de forma a contribuir para o crescimento na fabricação de derivados do leite, tais como: queijos, manteigas, doces, derivados cárneos, além de contar também com a produção de olerícolas, principalmente de tomates, com capacidade para desenvolvimento de processamento industrial. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA, 2015).

Nesse contexto, a instituição objetiva também fomentar as atividades de ensino e promover a solução de adversidades técnicas regionais, conforme o que destaca o artigo 6º, inciso II, da Lei nº 11.892/2008: “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e

adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”. (BRASIL, 2008).

Segundo Lousada e Martins (2005), cabe às instituições de ensino implementar o processo avaliativo que melhor atenda às suas características e expectativas. Sendo assim, a avaliação institucional, certamente, contribui para que as mesmas repensem as suas práticas administrativas, técnicas e pedagógicas, de forma crítica e comprometida, refletindo sobre o seu papel na sociedade como promotora e socializadora do saber capaz de compreender e de modificar a realidade.

Desse modo, entende-se ser o egresso um ponto expressivo de referência para a avaliação do ensino, visto estar ele colocando em prática, profissionalmente, o aprendizado que lhe foi proposto na instituição de ensino.

Assim, o objetivo geral do estudo é traçar um perfil desses egressos do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana e analisar de que forma eles estão inseridos no mundo do trabalho, bem como observar se a instituição tem cumprido seu papel de formar indivíduos críticos e reflexivos.

A pesquisa traz como objetivos específicos: avaliar a empregabilidade dos egressos no município e região, verificar a continuidade dos estudos após a conclusão do curso técnico e realizar uma avaliação dos egressos quanto à formação técnica recebida.

O escopo teórico da pesquisa foi subsidiado por autores que discutem políticas educacionais e transformações institucionais no ensino profissionalizante como: Acácia Kuenzer, Eliezer Pacheco, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos e Remi Castioni, dentre outros.

Para elaboração dessa dissertação, utilizou-se o procedimento metodológico de pesquisa quantitativa-qualitativa em razão da importância da complementação entre as diferentes metodologias como forma de melhor compreender o objeto do estudo.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os conceitos abordados nesta pesquisa, uma análise documental baseada no acervo do IFF como Resoluções, Portarias, Decretos, Ata de audiência Pública, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico de Curso (PPC), Planilha com dados dos egressos (Coordenação de Registros Acadêmicos do IFF). Plano

Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana; e análise de dados tendo como fontes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), Atlas de Desenvolvimento Humano.

Além disso, realizou-se uma revisão bibliográfica, abordando a temática da educação na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), e os dispositivos que versam sobre a EPT neste documento; a Lei que institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892/2008), buscando evidenciar como ocorreu a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciada em 2005.

Após o levantamento dos dados, foi aplicado um questionário, que foi respondido mediante contato telefônico, por rede social (Facebook), aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp) e plataforma de serviços de formulários *online* (*Google Forms*), elaborado com base em 3 (três) temas: inserção do egresso no mundo do trabalho; continuidade de estudos e formação profissional recebida, envolvendo os egressos oriundos do Curso Técnico em Agropecuária, do IFFluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, tendo como fonte de informação os egressos registrados na Coordenação de Registros Acadêmicos da instituição.

A estratificação das informações foi realizada por meio da coleta dos dados relacionados aos alunos das séries finais do Curso Técnico em Agropecuária, nas modalidades integrado e concomitante, dos anos de 2012, 2014 e 2016.

O recorte temporal se justifica, tendo em vista a existência de uma dissertação intitulada “O Instituto Federal Fluminense e o desenvolvimento local e regional: o desafio da inserção profissional dos egressos do *Campus* Bom Jesus no noroeste fluminense” de autoria de Arthur Rezende da Silva, que avaliou o perfil dos egressos da referida instituição no período de 2009 a 2011, e o interesse em dar prosseguimento ao referido estudo. Porém, optamos por selecionar a amostra por anos intercalados, em razão do considerável número de concluintes, podendo ficar a amostra muito extensa e inviável para análise. Dessa forma, iniciamos a seleção no ano seguinte ao da dissertação até o ano 2016.

A dissertação ficou estruturada tendo a Introdução como capítulo I. Em seguida, apresentamos o capítulo II, cujo título é “A Formação Profissional e a

inserção no mundo do trabalho”, onde é traçado um histórico da formação profissional, demonstrando sua trajetória no decorrer do século XIX e século XX, abordando as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Nesse contexto, foram abordadas as seguintes Leis: nº 4.024/1961, que traz alterações importantes para a educação profissional; nº 5.692/1971, de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, criada com intuito de reformular a Lei federal nº 4.024/1961; nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispõe, em seu Capítulo III, exclusivamente sobre a Educação Profissional.

O referido capítulo faz menção também ao Decreto nº 2.208/1997, Decreto nº 5.154/2004 e à Lei 8.948/1994, que transformou as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

No capítulo III, intitulado “A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, trazemos uma breve análise das fases I, II e III da expansão bem como de que forma foi conduzido o processo de transição e interiorização da EPT. Traçamos também, uma trajetória sobre a história do Instituto Federal Fluminense. Em seguida, discorremos sobre os aspectos socioeconômicos do município de Bom Jesus do Itabapoana objetivando demonstrar sua significativa característica agropecuária, a fim de possibilitar uma análise sobre a inserção do egresso do Curso Técnico em Agropecuária no mundo do trabalho, no município e na região. Fizemos ainda, nesse capítulo, uma breve análise dos cursos oferecidos pelo IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, mais especificamente do curso Técnico em Agropecuária, com o objetivo de demonstrarmos a prosperidade da instituição e as características da região, conforme prevê a Lei nº 11.892, de 29/12/2008.

No capítulo IV, designado “Análise e interpretação dos dados da pesquisa com os egressos do curso técnico em agropecuária do *campus* Bom Jesus” realizamos a análise e interpretação dos dados sobre a pesquisa com os egressos do referido curso.

Enquanto servidora do Instituto Federal Fluminense - *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, espera-se que o presente estudo venha contribuir enquanto instrumento gerador de reflexões para a instituição, no entanto, não se almeja esgotar a discussão sobre o perfil dos egressos no mundo do trabalho, mas trazer possíveis evidências e possibilidades para novas reflexões.

Os Institutos Federais têm como característica e finalidade a oferta de educação profissional e tecnológica, propiciando a formação de cidadãos para a atuação profissional, de acordo com o desenvolvimento e economia local e regional

Esta pesquisa pretende contribuir com as comunidades externa e interna do IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, buscando coletar informações sobre o perfil e as perspectivas dos egressos da instituição, servindo como um canal de comunicação entre eles, bem como conhecer as experiências, críticas e sugestões daqueles que passaram pela instituição, a fim de compreender se a mesma tem cumprido seu papel com a sociedade.

2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.

Nesse trabalho, temos como norte a compreensão de que o campo da educação profissional abarca um conjunto de conflitos permeados por uma visão acrítica, que trata a relação entre: educação, formação profissional e desenvolvimento de forma linear, sem considerar o dualismo no campo educacional e a estrutura de poder nas relações sociais que produzem e naturalizam as relações assimétricas entre países dos núcleos central, periférico e semiperiférico das sociedades capitalistas.

A partir das reflexões trazidas nesse estudo, permanece a reflexão: qual o tipo de educação profissional está sendo praticada no Brasil? Em que contexto ela se consolida? Qual a relação entre a formação profissional e o mundo do trabalho?

A formação de sujeitos sociais plenos, bem como os objetivos da educação em seu sentido social, político e pedagógico de formação para a cidadania, não deve se restringir às necessidades imediatas de qualificação profissional impostas pelo mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que não pode prescindir dele.

Percebe-se, portanto, que o debate sobre trabalho e educação é essencial para a compreensão do perfil do trabalhador no contexto atual.

2.1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O ano de 1809 foi considerado marco histórico sobre a formação profissional, quando, através do decreto do príncipe regente futuro D. João VI, foi criado o “Colégio das Fábricas”. Posteriormente, em 1816, foi proposta a criação de uma “Escola de Belas Artes”, com o intuito de articular o ensino das ciências e do desenho aos ofícios mecânicos. Em 1861, foi organizado, por decreto real, o “Instituto Comercial do Rio de Janeiro”, cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado. (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

A partir da década de 1840 do século XIX, foram construídas dez “Casas de Educandos e Artífices” em capitais de província, sendo a primeira delas em Belém do Pará, para atender prioritariamente os menores abandonados, objetivando “a

diminuição da criminalidade e da vagabundagem”. Em 1854 foram criados estabelecimentos especiais para menores abandonados, os chamados “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”, onde os mesmos aprendiam as primeiras letras e eram, a seguir, encaminhados às oficinas públicas e particulares, mediante contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos. Foram criadas, ainda, várias sociedades civis destinadas a “amparar crianças órfãs e abandonadas”, oferecendo-lhes instrução teórica e prática, e iniciando-as no ensino industrial, sendo consideradas mais importantes os “Liceus de Artes e Ofícios”, dentre os quais os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

No início do século XX, o ensino profissional manteve, basicamente, o traço assistencial do período anterior, voltado para os menos favorecidos socialmente, porém apresentando uma preocupação em preparar operários para o exercício profissional. Em 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Consolidou-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. Quanto ao ensino comercial, foram instaladas escolas comerciais em São Paulo, como a “Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado”, e escolas comerciais públicas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, entre outras. (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

Pode ser considerado como início da implementação da Rede Federal de Educação Profissional o período da primeira república (1889-1929), especificamente em 1910, quando Nilo Peçanha instalou dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas em várias Unidades da Federação. Eram escolas similares aos Liceus de Artes e Ofícios, voltados basicamente para o ensino industrial, mas custeadas pelo próprio Estado. No mesmo ano, foi reorganizado, também, o ensino agrícola no País, objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes”. Nessa mesma década, foram instaladas várias escolas-oficina destinadas à formação profissional de ferroviários. Essas escolas desempenharam importante papel na história da educação profissional brasileira, ao se tornarem os embriões da organização do ensino profissional técnico na década seguinte. (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

Na década de 1920, a Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos; aos pobres e ricos, e não apenas aos “desafortunados”. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, em 1932, foi efetivada uma reforma educacional conhecida pelo nome do Ministro Francisco Campos, que deu início aos cursos complementares, prevalecendo até 1942, ano em que iniciou a aprovação das chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”, mais conhecidas como Reforma Capanema. (PARECER Nº 16/99-CEB/CNE).

No Governo Getúlio Vargas (1930 a 1945), cresceu a demanda por operários qualificados e quadros técnicos, dada a implantação do capitalismo industrial nacional. Até o ano de 1932, o curso primário vinha acompanhado das alternativas de curso rural e curso profissional com quatro anos de duração e que após essa formação o aluno poderia cursar alternativas voltadas exclusivamente para a formação de mundo do trabalho em nível ginásial, das quais eram, o normal, o técnico agrícola ou o técnico comercial. As possibilidades de formação eram sustentadas pelas características de um período histórico em que as atividades secundárias e terciárias eram incipientes e não davam acesso ao ensino superior. (ESCOTT; MORAES, 2012).

Ainda de acordo com os autores, após o ensino primário e secundário propedêutico, as elites, tinham a oportunidade de seguirem os estudos de ensino superior, à época, dividido em carreiras profissionais.

No ano de 1942, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) e foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que organizou esse tipo de ensino, não mais exclusivo de empresas e sindicatos, além de equipará-lo ao ensino médio propedêutico.

De acordo com Kuenzer (2007, p. 13),

Em 1942, com a reforma CAPANEMA, e a promulgação das leis orgânicas, extinguem-se os cursos complementares, os quais são substituídos por cursos médios de 2º ciclo, denominados cursos colegiais, com a diferenciação de científico e clássico, com 3 anos de duração, sempre destinados a preparar os estudantes para o nível superior; os cursos normal, agrotécnico, comercial técnico e industrial técnico, colocavam-se no mesmo nível, porém não asseguravam o acesso ao nível superior.

Com início do governo de Juscelino Kubitschek, por volta dos anos de 1950, no bojo do desenvolvimento industrial, iniciou-se a internacionalização da economia

brasileira, com uma presença marcante do papel do Estado no processo de modernização, particularmente nas áreas de infraestrutura e energia. (WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

O Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1961) evidenciou a passagem definitiva do país à condição de industrializado e urbano. Data desse período a expansão da educação profissionalizante, com o surgimento de ginásios industriais, de centros de educação técnica e de programas de preparação de mão de obra industrial. Os investimentos priorizavam a formação de técnicos, tendo em vista as metas de desenvolvimento.

Em 1959, as instituições federais de ensino profissional passaram à condição de autarquias, com autonomia de gestão e didática. Nesse período, acentuaram-se as tendências tecnicistas de educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024/1961) trouxe alterações importantes para a educação profissional, considerando a existência de duas modalidades distintas de ensino, a lei foi promulgada após um amplo e extenso período de discussão. (ESCOTT; MORAES, 2012).

Para Kuenzer,

A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos ramos secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só os de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo. Pela primeira vez a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos. (KUENZER, 2009, p. 29).

A plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem necessidade de exames e provas de conhecimento, só veio a ocorrer a partir de 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 4.024/1961. Essa lei equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico. Assim, todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser equivalentes, para fins de continuidade de estudos em níveis subsequentes. (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

Kuenzer considera que:

constitui-se um avanço significativo o texto da lei não incorporar a dualidade estrutural, colocando, mesmo que seja como meta de longo alcance, uma escola que não tenha proposta diferenciada para jovens que desempenhar funções distintas na hierarquia do trabalhador coletivo, a partir de sua origem de classe; ou seja um espaço para que a escola passe a dar a sua contribuição, ainda que relativa, para que a dualidade estrutural vá sendo historicamente superada, pelo menos determinando 8 anos de escolaridade obrigatória a todos, e oferecendo um modelo que incorpora e supera o sentido da equivalência da legislação anterior, posto que não postula apenas a equivalência de ramos distintos, mas estabelece um único ramo – profissionalizante – para todos (desde que consigam furar o bloqueio da seletividade. (KUENZER, 2001, p. 21).

No período do governo militar (1964 a 1985 - de Castelo Branco a João Batista Figueiredo) um novo modelo econômico é imposto e a internacionalização da economia, em prol da hegemonia do capital financeiro, substitui o nacionalismo-desenvolvimentista. Com o crescimento econômico torna-se fundamental para a inserção do Brasil no bloco do primeiro mundo e para isso faz-se necessário uma qualificação de mão de obra técnica, pois é preciso adequar a educação brasileira a esse tipo de desenvolvimento. (GIORGI; ALMEIDA, 2012).

Diante desse contexto, Manfredi relata que:

os governos militares optaram por uma estratégia de desenvolvimento voltada para os grandes projetos nacionais: construção dos polos petroquímicos do Rio Grande do Sul, expansão dos núcleos de exploração e produção da bacia de Campos, na Bahia e no Sergipe, a construção das hidroelétricas de Itaipu, os pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia, fazendo surgir vários programas voltados para a mão-de-obra em massa. (MANFREDI, 2012, p. 104).

No ano de 1971, foi promulgada a Lei nº 5.692/1971 - Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus com intuito de reformular a Lei Federal nº 4.024/1961, representando um capítulo marcante na história da educação profissional. (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

A Lei nº 5.692/1971 surgiu com intuito de substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória do ensino médio e, dessa forma, todos teriam uma única trajetória. Assim, a reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa do desenvolvimento, marcada pela intensificação da substituição da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações, pela hegemonia do capital financeiro. (KUENZER, 2009).

Há que se destacar que, na prática, a compulsoriedade acabou por se restringir ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino estaduais e

federal, ao passo que as escolas privadas continuaram, em sua absoluta maioria, a oferecer os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes com vistas ao atendimento das elites brasileiras. (MEC, 2007).

Em seguida, no ano de 1978, foi promulgada a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, quando três escolas técnicas federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, quais sejam, os CEFETs do Rio de Janeiro, do Paraná e de Minas Gerais. Ressalta-se que esse processo se estendeu a outras instituições posteriormente. (BRASIL, 1978).

A década de 1980, no Brasil, talvez possa ser compreendida como um período de indefinição, de transformação de um determinado nível de desenvolvimento na periferia capitalista apontado por conflitos financeiros, pelas políticas públicas erráticas, de disputas por recursos cada vez mais escassos e ainda marcados principalmente pelo processo de democratização, que se traduz pela presença das classes populares alijadas no período ditatorial. (WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

Ainda segundo os mesmos autores, (WINCKLER; SANTAGADA, 2012), tem-se, portanto, o fim do ciclo desenvolvimentista concomitante à configuração de um quadro internacional em que o Estado passou a assumir novas funções, devido à transnacionalização financeira e produtiva, pendendo seu eixo para políticas de ajuste monetário, sob nova forma estruturante. Nesse contexto, surgiu o discurso e a prática neoliberal, procurando realizar a transição para novos modos de regulação capitalista.

Com a Lei nº 7.044/1982 o Estado resgata a possibilidade de as escolas fazerem a opção de ofertar de ensino propedêutico ou técnico-profissionalizante, ainda que não admita formalmente o fracasso da Lei nº 5.692/1971. Porém, apesar de anunciada a criação da escola única para todos, que unificasse propedêutico e profissional, tal fato não concretizou nesse período. (TAVARES, 2012).

A habilitação profissional deixa de ser “condição resultante de um processo” que “capacita para o exercício de uma profissão ou de uma ocupação técnica”, como consta no Parecer 45/72, e passa ser “o preparo básico para a iniciação...” em uma área de atividade, com o novo texto do Parecer 76/75. Perde-se o caráter de terminalidade da condição de capacitação específica em uma ocupação e se ganha o da possibilidade na preparação básica por área de atividade. Identifica-se aqui, o espírito da escola nova, no qual a escola é onde se prepara para a vida. A profissionalização imposta no 2º grau deixa de ser obrigatória na Lei 7.044/82, que também reitera o conceito de preparação para o trabalho, medida legal que libera as

escolas que não desejavam ou que não tinham condições de ministrar o ensino profissional aos seus alunos, possibilitando dar um tratamento mais adequado à clientela que procurava por um ensino propedêutico, visando o ingresso na universidade. (GIORGI; ALMEIDA, 2014, p. 275).

A década de 1990 foi marcada por um considerado retrocesso, com o então governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), no que diz respeito ao plano dos direitos sociais e subjetivos, e o país entra em uma ditadura de mercado. Vinte anos após o fim do regime militar, estão no poder os mesmos grupos detentores do poder. (GIORGI; ALMEIDA, 2014).

Ainda na década de 1990, mais especificamente no ano de 1994, a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, instituiu o Sistema Nacional de Educação e teve como objetivo transformar, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), mediante decreto específico; para cada um deles, e em conformidade com critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e Desporto, considerando “as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro”. (BRASIL, 1994).

Em 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dispõe, em seu Capítulo III, exclusivamente sobre a Educação Profissional. A referida Lei configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania. A LDB dispõe, ainda, que "a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva". (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

Tanto a Constituição Federal quanto a LDB situam a educação profissional na confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho. A Constituição, em seu artigo 227, destaca o dever da família, da sociedade e do Estado em “assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Já o parágrafo único do artigo 39 da LDB define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”. Nesse contexto, a educação profissional, prevista na Lei nº 9.394/1996, não substitui a educação básica e nem com ela concorre, pois a valorização de uma não representa a negação da importância da outra.

A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento. (PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

Para regulamentar as diretrizes e bases da educação, foi publicado o Decreto Federal nº 2.208/1997, que estabelece uma organização curricular para a educação profissional de nível técnico de forma independente e articulada ao ensino médio, associando a formação técnica a uma sólida educação básica e apontando para a necessidade de definição clara de diretrizes curriculares, com o objetivo de adequá-las às tendências do mundo do trabalho.(PARECER Nº 16/1999-CEB/CNE).

O Decreto nº 2.208/1997 cria matrizes curriculares e matrículas distintas para o estudante que deseja formar-se técnico: uma matrícula no ensino médio e outra no ensino técnico, podendo ambos ocorrer em época e instituições de ensino diferentes. (TAVARES, 2012).

De acordo com o autor, o referido decreto vem reforçar a dualidade estrutural visando atender a três objetivos básicos, quais sejam: I) evitar que as escolas técnicas formem profissionais que sigam para o ensino superior ao invés de ingressarem no mercado de trabalho; II) tornar os cursos técnicos mais baratos tanto para a rede pública quanto para empresários da educação profissional que desejam oferecer mensalidades a preços competitivos; e III) promover mudanças na estrutura dos cursos técnicos, de modo que os egressos possam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho e que as instituições de ensino possam flexibilizar os currículos adaptando mais facilmente às demandas imediatas do mercado.(TAVARES, 2012).

A educação profissional nos anos de 1990 estava dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os cursos básicos abertos a qualquer pessoa interessada, independentemente da escolaridade prévia; os cursos técnicos, desde 1997, oferecidos simultaneamente ao ensino médio ou após a sua conclusão, com

organização curricular própria; e os tecnológicos cursos de nível superior. A partir de 2004, o Decreto nº 5.154/2004 retomou a possibilidade de integração entre ensino médio regular e ensino técnico, permanecendo, todavia, as demais formas de educação profissional. (WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

2.2 A MUDANÇA DE PARADIGMA NO MUNDO DO TRABALHO.

O sistema educacional brasileiro foi marcado por um histórico de exclusão e dualismo em que o acesso à educação esteve relacionado de forma direta aos interesses políticos e econômicos do país em cada época. Sendo assim, a trajetória da educação é concebida como um elemento de redirecionamento da população de acordo com o encaminhamento pretendido pela sociedade a partir de um ideal político almejado. (SHANCHES, 2012).

A escola é concebida como espaço de contradições, pelo fato de estar direcionada à classe trabalhadora como espaço de luta pelo saber e articulação desse saber com a construção de um projeto de educação e sociedade, pois há que se entender que a escola não deve ser funcional ao capital, mas deve apontar para além dele. Dessa forma, um dos desafios postos à criação de políticas para a educação profissional é considerar a complexidade do atual contexto do mundo do trabalho em que, nas empresas, o trabalhador se vê diante de um sistema dual de produção e, fora das empresas, enfrenta todo tipo de trabalho precarizado. (MARON; GERMANO; 2010).

A formação do homem na produção capitalista é essencial para se compreender as relações sociais e suas transformações, considerando que o trabalho industrial ganhou complexidade e a qualificação alcançou relevância sociológica.

De acordo com Ramos (2006, p. 26),

O homem produz sua existência por meio do trabalho e, por meio deste, entra em contato com a natureza e com outros homens, desenvolvendo relações econômicas e sociais. Assim sendo, analisar formas, processos e perspectivas que a formação humana adquire na sociedade capitalista implica investigar as múltiplas formas que toma o trabalho coletivo e o modo como o homem age e se modifica ao se construir em parte desse trabalho.

Sendo assim, o indivíduo se desenvolve como ser social e todo o processo de socialização objetiva estimular possibilidades de o homem prosperar e apoderar-se do seu ser, dos seus sentimentos e potencialidades como fonte de gozo e realização. A produção capitalista é caracterizada pelas relações assalariadas de produção que são a propriedade privada e o trabalho assalariado movido pelos lucros.

Dessa forma, Ramos relata que:

Os processos sociais de formação humana sob o modo de produção capitalista são a relação dialética de subsunção do homem ao capital e a luta contra essa mesma subsunção. Essa dialética é expressão da objetivação da essência humana, que se realiza pelo trabalho na sua dimensão concreta e abstrata, quando o homem tanto se reconhece como sujeito, quanto pode se perder no seu próprio objeto. (RAMOS, 2006, p.28).

O homem é entendido como um ser social, real e concreto que se diferencia dos animais pela sua natureza de transformar, de criar. O trabalho se torna concreto por meio de objetivos e projeções para realização de suas ações e enquanto ser social o homem se propõe a realizar ações e criar possibilidades de materialização

Ainda de acordo com a autora (2006, p. 27),

Sob o modo de produção capitalista, os sentidos humanos foram subjugados à lógica da propriedade privada, que atrela o gozo e a realização à posse dos objetos como capital - valorizáveis e geradores de lucro - ou como meio de subsistência socialmente determinado - destinados à satisfação de necessidades de diversas ordens. Igualmente, as potencialidades humanas - físicas intelectuais e emocionais - foram alienadas do homem e apropriadas pela classe capitalista como mercadoria força de trabalho.

Assim, o taylorismo e o fordismo são modos de produção industrial utilizadas no capitalismo, apresentando diferenças estruturais no processo de como os produtos são feitos, o ritmo de trabalho e o papel do trabalhador. O taylorismo iniciou a produção industrial organizando o trabalho, tendo como objetivo a produtividade em que o trabalhador é monitorado segundo o tempo de produção; o fordismo manteve o mecanismo de produção e organização ditando um novo ritmo de trabalho, buscando maior velocidade na produção sem necessidade de mão de obra qualificada.

O novo padrão de produção flexível, com novas tecnologias e métodos inovadores de organização do trabalho, começa a ser adotado, embora não de forma homogênea, pela indústria brasileira. Algumas alterações foram

organizacionais como o sistema *just-in-time* que trazia a ideia do tempo justo. Apoiando-se na premissa central de que a produção é puxada pela demanda. Assim, os estoques são reconstituídos em função do que foi vendido. O trabalho da fábrica é decomposto de maneira que o transporte e o controle de qualidade devem ter um tempo limitado, e a estocagem precisa ser evitada. O *kanban*, um sistema visual de circulação de informações em cartões, organiza concretamente a produção de forma flexível a partir da demanda. Intimamente associada a esse processo de redução de estoques encontramos a desverticalização da produção, através da qual as empresas desenvolvem relações de subcontratação com fornecedores de suprimentos e serviços. (GOUNET, 1999, p. 26-29).

Observa-se que, no paradigma taylorista/fordista, havia uma valorização pelo saber fazer, contudo na concepção do novo paradigma, além de saber fazer, necessita-se saber ser e conviver, bem como os requisitos para seleção dos trabalhadores apresentam alterações e a certificação da escolaridade passou a ser requisito para ingresso aos novos postos de trabalho.

O avanço da reestruturação produtiva no Brasil e as consequentes transformações dos processos de trabalho geraram novas demandas de educação e qualificação técnico-profissional dos trabalhadores, visto que alterou substancialmente a natureza do trabalho e seu conteúdo em todos os setores da economia, embora não de forma homogênea. Aos trabalhadores, isso significou novas exigências de qualificação, de forma que a elevação dos níveis de escolaridade via educação formal, passou a ser um requisito fundamental para se permanecer empregado ou ingressar em alguma empresa. A classe trabalhadora, segmentando-a em dois grupos distintos: um grupo minoritário de trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige uma maior qualificação, maior participação e polivalência; e outro, formado pelos trabalhadores que ocupam os postos precarizados de trabalho, os temporários ou em tempo parcial, e os subcontratados. Embora a demanda de qualificação seja diferente, de ambos os grupos se exige a elevação da escolaridade básica. (MARON; GERMANO, 2010, p. 58).

De acordo com Frigotto,

Os avanços que porventura tenham ocorrido com a implantação da sociedade capitalista são restritos e relativos, pois mantêm a divisão dos seres humanos entre aqueles que detêm a propriedade privada (propriedade de meios e instrumentos de produção com o fim de gerar lucro) e aqueles que para se reproduzirem e manter suas vidas e a de seus filhos precisam ir ao mercado e vender sua força de trabalho, tendo em troca uma remuneração ou salário. (FRIGOTTO, 2005, p. 62).

O lucro, no capitalismo, vem de uma relação de compra e venda da força de trabalho de maneira desigual entre aqueles que detêm o capital e os detêm a força do trabalho, estar de um lado ou de outro não é uma questão de escolha, mas faz parte do processo de um contexto histórico.

Segundo Alves:

O novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que se desenvolve nas condições de grande indústria em fase tardia, é constituído por “todo orgânico” cujos elementos compositivos são as inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas. Elas surgem na etapa histórica de desenvolvimento da grande indústria “afetada de negações” que denominamos cooperação complexa. (ALVES, 2011, p.34)

A formação para o trabalho numa perspectiva de formação integral e unitária, a qual tem o trabalho como princípio educativo, inclui o aprendizado de habilidades técnicas, porém seu principal foco é que os educandos percebam os fundamentos científicos como base das diferentes tecnologias que caracterizam as relações de produção e seus processos produtivos, bem como as tecnologias e os conhecimentos tecnológicos que estão na base das diferentes técnicas de produção. (MARON; GERMANO, 2010).

Há que se ressaltar que construir uma proposta político pedagógica na perspectiva de uma visão crítica e criativa de mundo articulada com valores e identidades com base na compreensão teórico-prática das ciências, que permitam entender a formação social, econômica, política e cultural da sociedade e as diferentes dimensões da vida humana, é um desafio colocado para a classe trabalhadora no plano da formação profissional. (MARON; GERMANO, 2010).

A incorporação de tecnologias ao processo produtivo não é essencialmente um fenômeno recente. A inclusão das tecnologias à produção significou a tentativa do sistema em superar qualquer barreira imposta à acumulação. Se a força de trabalho se configurou no mais central poder de barganha do trabalhador – fato expresso nos atos de greve, por exemplo – a tecnologia, por outro lado, excede este limite, tanto pela simplificação da produtividade, como também pela redução do contingente de trabalhadores. Os mecanismos de resistência, de fato, ainda existem, contudo, a tecnologia contribui para a desarticulação da classe, permitindo acentuar a exploração. (CARMO; ALVES, 2013, p. 130).

Assim, Frigotto vem ratificar a questão do trabalhador e a tecnologia:

O saber do trabalhador fica agora transferido à máquina. Extirpa-se a ciência do trabalhador comum. É com a incorporação do instrumento à maquinaria que se aguça o trabalho abstrato, desqualifica-se, de modo crescente, o posto de trabalho e prescinde-se cada vez mais da qualificação do trabalhador. Configura-se um trabalhador coletivo, permutável, porque para a maior parte das tarefas não se exige senão uma mínima qualificação. O poder de barganha, no interior do processo produtivo, diminui. (FRIGOTTO, 2001, p. 83).

Desse modo, o capitalismo evidencia a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, trazendo efeitos mais evidentes da estratificação social, desvalorizando postos de trabalho braçais e mantendo o descredito da qualificação. Tem-se ainda o processo da tecnologia em que as empresas se veem forçadas e seduzidas à competição em busca do aumento de produção em menor escala, o que acaba gerando uma centralização para algumas instituições.

A ideia de meritocracia torna-se essencial para se compreender a substância da teoria do capital humano, teoria essa que aparece na literatura mundial a partir dos escritos de Theodore Schultz (1971) que introduz a ideia do humano como mais um tipo de capital que deve ser desenvolvido, como um fator de produção. Dessa forma, para trilhar o caminho da ascensão social, faz-se imperativa a adesão moral à lógica egocêntrica do capital e o investimento em educação se justifica.

Sendo assim, a educação se faz favorável, pois, mesmo não garantindo a mobilidade social – diante da evidente constatação de que não há lugar para todos na sociedade, mesmo para os rigorosamente qualificados, no mercado de trabalho capitalista –, ao menos terá docilizado aqueles que a frequentaram com a propagação da ideologia dominante, o que torna as condições ainda mais favoráveis à exploração. Ainda que a educação garantisse a permanência do trabalhador no emprego, os reais favorecidos seriam os proprietários dos meios de produção e não os menos favorecidos. (CARMO; ALVES, 2013).

Nesse sentido, é possível verificar que a teoria do capital humano possui em sua essência uma ideologia para legitimar a burguesia, mascarando com um formato de modernidade, inovação e liberdade. Conforme corrobora Rossi (1978),

Em regra geral, os empresários têm clara preferência pelos regimes políticos conservadores mais autoritários que, com mão-de-ferro, sufoquem as reivindicações populares, proíbam o funcionamento dos sindicatos, tornem ilegais os partidos reformistas e revolucionários e lhes ofereça o “povo” de mãos atadas para a exploração de seu trabalho, que será de molde a de tudo despojá-lo, em benefício do lucro das empresas (dos capitalistas). (ROSSI, 1978, p.40)

De acordo com Frigotto (2001),

No contexto do capitalismo monopolista, onde o Estado intervencionista assume a função de gestor das crises do capital e utiliza o sistema escolar, não apenas como um *locus* de reprodução da ideologia burguesa, mas também como *locus* de um tipo de consumo que, embora improdutivo, é necessário para o ciclo de realização de mais-valia, a questão da ampliação

das verbas em educação tem de ser devidamente avaliada. O problema não é simplesmente ampliar as verbas para a educação, mas ampliá-las dentro de uma nova função social do próprio sistema educacional (FRIGOTTO, 2001, p. 160).

Assim, a concretização das políticas sociais perpassa pela luta de classe e a competência de mobilizar a classe trabalhadora, ou seja, as políticas sociais não surgem naturalmente do Estado burguês no período do capitalismo monopolista e sim da luta da classe trabalhadora.

A concretização das políticas sociais é decorrente da luta de classes e da capacidade de mobilização da classe trabalhadora. Destarte, as políticas sociais não se originaram naturalmente do Estado burguês no período do capitalismo.

Assim, Althusser (1985) elucida que:

O Estado nada mais é do que o reflexo da classe dominante. É ele um meio de repressão onde a burguesia assegura sua dominação frente à classe operária, para submetê-la ao processo da extorsão da “mais valia”, ao processo da exploração capitalista declarada. Ele (Estado) é um aparelho repressivo, repressão esta executada através de seus mais variados órgãos como polícia, tribunais, presídios, a serviço das elites frente ao proletariado, tendo por função a reprodução do modo capitalista de produção. (ALTHUSSER, 1985, p. 62-63).

Não se pode negar que o processo de globalização atual tem produzido intercâmbio internacional e desenvolvimento tecnológico. No entanto, esse processo não vem produzindo um mundo mais igualitário e mais inclusivo, porquanto a ideologia que o sustenta é o liberalismo econômico. (OLIVEIRA; VIANA, 2012).

Na concepção de Gadotti (2004),

Tanto o desenvolvimento científico e tecnológico quanto o desenvolvimento econômico, caracterizam-se hoje por sua globalização. A inter-relação e a interdependência das economias, mercados, tecnologias, comunicações e problemas ecológicos, conduz o mundo inteiro para a integração. Por isso não está em discussão a necessidade de todos os países se integrarem, mas, está em questão o modo de integração. Os processos de globalização e de regionalização são processos complementares. (GADOTTI, 2004, p. 2).

A globalização tem implicações no contexto da educação, tanto da educação como um todo, quanto da Educação Profissional (EP). Nesse sentido, redefine-se a função dos sistemas educacionais de formação técnico-profissional, tanto na sua

perspectiva econômico-social, quanto em sua função ideológica. A inovação tecnológica faz com que o Brasil exerça um papel fundamental frente ao crescimento vivenciado atualmente. (OLIVEIRA; VIANA, 2012).

Desse modo, a EP assume um papel relevante construindo uma rede de saberes entrelaçando cultura, trabalho, ciência e tecnologia em prol da sociedade.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL *VERSUS* EMPREGO.

Durante as últimas décadas, as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações. Essas transformações estão associadas a um processo de reestruturação das formas de organização do capital em nível internacional, sob a influência da ordem política econômica neoliberal. Diante da concretização das cadeias produtivas globais, que envolvem transnacionalização das empresas e integração dos mercados, há uma nova dinâmica na lógica capitalista.

O sistema capitalista é orientado para a expansão e a acumulação. Nesse contexto, as empresas capitalistas estão sempre em busca de novos mercados, redefinindo os espaços e as formas de relação com a natureza, tendo como primeiro objetivo realizar o melhor e mais eficiente controle do capital sobre a produção do valor. O resultado é o que ele chama de "compressão do tempo-espaço", isto é, um mundo onde o capital se move cada vez mais rápido e as distâncias são compactadas. (HARVEY, 2011).

O capitalismo consiste em um modo de produção voltado para a acumulação e o lucro, sendo, para tanto, necessária sua contínua expansão e inovação. Para Harvey (2011, p. 41), "o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro", sendo inerentemente contraditório e com evolução de maneira aparentemente incontrolável.

Para se entender o fluxo do capital e a sua influência no mercado de trabalho, torna-se fundamental compreender a dinâmica evolutiva da acumulação capitalista fundamentalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando se tem a Primeira Revolução Industrial e passa a ser predominante o capital industrial ou de produção.

São elementos determinantes da nova lógica do capitalismo um capital voltado para a acumulação, fundado na exploração do trabalho humano e no dinamismo tecnológico. Altamente dinâmico, abrange hábitos, práticas políticas e as mais diversas culturas, sendo um modo de reprodução social destrutivo. Para ele, cabe ao Estado sanar as falhas do mercado e evitar a concentração de poder, oferecendo bens coletivos que o mercado não oferece. (Harvey, 2011).

Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, é importante destacar que as inovações técnicas/organizacionais geram a mudança de um modelo baseado no uso extensivo de força de trabalho semiqualficada para outro baseado no uso intensivo de força de trabalho qualificada, polivalente e cooperativa, em uma realidade de mais-valia relativa.

Na mais-valia absoluta, o aumento da produção em decorrência do aumento do tempo de trabalho realizado não implica em qualquer alteração na qualificação dos trabalhadores. Situação bem diferente é a da exploração a partir dos mecanismos da mais-valia relativa. Nesse caso, o aumento do tempo de trabalho excedente é obtido por meio da diminuição do valor incorporado nos bens e serviços consumidos pelos trabalhadores, o que permite a redução do tempo necessário destinado à sua reprodução, ampliando-se, portanto, o tempo de trabalho excedente. Mas, para diminuir o valor incorporado nesses bens e serviços, é fundamental introduzir inovações tecnológicas nos setores que os produzem, o que implica remodelações também nas empresas que lhes fornecem maquinário e matérias-primas, serviços de manutenção e infraestrutura em geral, como energia, meios de transporte e comunicação, entre outros. Isso significa que é preciso haver inovações em cadeia para que os ganhos de produtividade se efetivem. (HARVEY, 2011).

Trata-se, portanto, de introduzir remodelações técnicas e organizacionais gerais que permitam o crescimento do número de bens e serviços produzidos numa mesma fração de tempo, diminuindo, conseqüentemente, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada unidade, desencadeando o aumento da produtividade. Ou seja, esse aumento diz respeito à elevação da quantidade de bens e serviços produzidos numa mesma fração de tempo, enquanto o aumento da produção se limita a uma ampliação de unidades produzidas apenas porque houve uma elevação correspondente do tempo trabalhado. (BRUNO, 2001).

Com as alterações processadas no mundo do trabalho a partir das novas formas de organização e gestão, as formas tradicionais de educação profissional, baseadas no paradigma taylorista/fordista, vão se tornando historicamente superadas. (KUENZER, 2000).

A formação em nível técnico, neste contexto, é um elo entre o homem da ciência e o trabalhador, atuando como um funcionário intermediário dentro da empresa capitalista. A grande maioria dos técnicos industriais desempenha funções de coordenação e supervisão. (MACHADO, 1989).

À medida que a educação não é alheia às transformações que se processam no modo de produção capitalista e tende a ajustar-se às exigências demandadas pelo mercado, há a tendência de os modelos e as propostas pedagógicas se moldarem para acompanhar a evolução das tecnologias e das novas formas de organização da produção. Esse contexto enseja algumas reflexões que serão desenvolvidas a seguir.

A Educação Técnica e Profissionalizante (ETP) busca desenvolver habilidades mais práticas e diretamente envolvidas com uma ocupação (ou grupo de ocupações) específica. Por outro lado, a educação regular desenvolve habilidades em uma gama maior de disciplinas de forma mais conceitual e abstrata.

No Brasil, a educação técnica e profissional pode ser dividida em três grandes grupos, conforme prevê o Decreto nº 2.208/1997, que regulamenta as diretrizes nacionais para a educação profissional: i) qualificação profissional: cursos de formação para o exercício de uma atividade profissional, que se propõem a qualificar o profissional para o trabalho, não tendo o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade, conferindo apenas certificado de participação; ii) curso técnico de nível médio: curso de nível médio regido por legislação própria e diretriz curricular específica, só podendo ser ministrado por escola devidamente credenciada pelo poder público, conferindo diploma de técnico oferecido em três modalidades: integrada, quando disciplinas do modelo tradicional e técnico são integradas em um mesmo currículo e matrícula; concomitante, o curso técnico é realizado em paralelo ao tradicional, mas sem integração dos currículos, ou seja, o aluno possui duas matrículas; e subsequente, quando o estudante já concluiu o ensino médio e dá continuidade aos estudos com o ensino técnico; iii) graduação tecnológica: curso de nível superior, que tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio, conferindo diploma de tecnólogo.

Uma questão que vem sendo amplamente discutida para melhorar a situação dos jovens no mercado de trabalho é o desenvolvimento da educação técnica e profissional (ETP). Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) a educação vocacional e o treinamento podem ser muito importantes para o bom funcionamento do mercado de trabalho, uma vez que prepara os mais jovens, aprimora o conjunto de habilidade dos adultos e, em última instância, pode suprir as necessidades de demanda por trabalho específico por parte das empresas. (OCDE, 2010).

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 85).

Nesse sentido, Pacheco enfatiza que:

Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca esgotar a elas. (2012, p. 67).

A Reforma da Educação Profissional (REP), implementada durante a década de 1990, esteve assentada em um discurso que vincula a necessidade urgente de adequação dos diferentes países às transformações ocorridas nos setores produtivos e de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e a introdução de tecnologias modernas que se baseiam principalmente no desenvolvimento da microeletrônica. A grande inspiração para sua elaboração foram os documentos do Banco Mundial (BM), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos setores produtivos mundiais. (LIMA FILHO, 2003).

A resposta das reformas educativas da década de 1990 é a pedagogia das competências e estruturas de formação flexíveis, que preparam o indivíduo não mais para o emprego, mas para a empregabilidade. Não é por acaso que a noção de competência surge nos meios empresariais e é incorporada na educação sob o propósito de conectá-la aos desafios das instabilidades do mercado de trabalho. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2008, p. 9).

Nessa perspectiva, a educação profissional é considerada de modo utilitarista, sendo que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes a serem desenvolvidos devem ser definidos pela sua utilidade ao desenvolvimento de capacidades de trabalho requeridas pelo mercado.

Para Bruno (2011, p. 551), “a massificação, portanto, resulta da ação do capital para reduzir os processos formativos às exigências estritas da reprodução do capital, daí muitas vezes suscitar a apatia dos estudantes ou sua revolta contra os sistemas de ensino”. A autora ressalta, ainda, que “ser qualificado é, na perspectiva do capital, possuir algum tipo de capacidade de trabalho passível de ser utilizada na produção de valor, de mais-valia”. (BRUNO, 2011, p. 556).

Sendo assim, há que se considerar a dimensão política da educação, tanto na sua forma de controle do capital sobre a reprodução da força de trabalho global, quanto na forma das resistências e lutas dos estudantes e professores a esse controle e as formas por ele assumidas. (BRUNO, 2011).

No que diz respeito ao Ensino Médio, a reforma proposta no ano de 2013, que propunha instituir a jornada integral, organizar os currículos por áreas de conhecimento e alterar alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (LDB), foi consolidada em 2017, através da Lei nº 13.415, em meio a um cenário composto por opiniões bastante distintas.

De acordo com o artigo 35-A da Lei nº 13.415/2017, § 7º,

Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, em uma leitura inicial, a referida legislação demonstra preocupação com a formação completa do indivíduo, direcionada não apenas ao atendimento às demandas do mercado de trabalho, mas ao desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas a aspectos mais amplos, como por exemplo, o senso crítico.

Porém, essa percepção inicial de valorização integral do ser humano se modifica bastante ao observarmos o que § 8º do artigo 35-A da Lei nº 13.415/2017 afirma:

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 2017)

No Brasil, há relativamente poucos estudos que apresentam estimativas de impacto de cursos técnicos de ensino médio sobre o mercado de trabalho. O trabalho pioneiro foi de Castro (1979), que encontrou impacto entre 12% a 24% no salário de quem estudou em cursos no SENAI.

Severnini e Orellano (2010), utilizando dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) realizada em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontraram impacto positivo dos cursos técnicos de nível médio sobre a participação no mercado de trabalho, no entanto, não houve impacto nos salários.

Neri (2010) utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2008) –, para estimar o impacto da educação técnica de nível médio sobre o mercado de trabalho. Apesar de não ter encontrado impacto sobre a taxa de ocupação, o estudo indicou aumento na probabilidade de ter emprego formal (45%) e de efeito positivo sobre salários (15%).

Diante desse contexto, a educação profissional é considerada de modo utilitarista, sendo que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes a serem desenvolvidos devem ser definidos pela sua utilidade ao desenvolvimento de capacidades de trabalho requeridas pelo mercado.

3 A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Este capítulo tem como objetivo apresentar de forma sucinta as fases da expansão da rede federal de EPT. No período compreendido entre 1909 a 2004, fase anterior ao processo de expansão, havia 140 *campi* do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica e após as três fases de expansão passou-se para 643 em funcionamento até 2018.

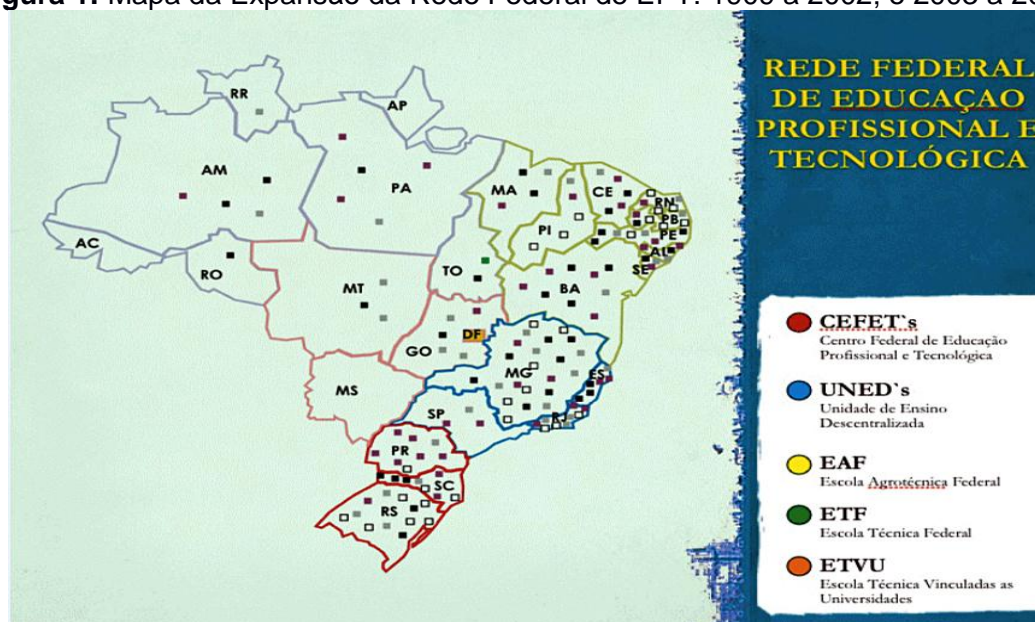
A expansão e interiorização pelo território nacional dos Institutos Federais, em suas três fases, revelam um movimento de integração de políticas educacionais em diálogo com as instituições de ensino com vistas a contribuir com a melhoria da qualidade do ensino básico e, sem estar dissociadas de outras políticas que abarcam o mundo do trabalho, da saúde e entre outras. (PDI, 2019, p.30).

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, criado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), ocorreu no final de 2005. Esse processo iniciou com a publicação da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, com objetivo de ampliar as instituições em todo o território nacional.

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. (MEC/SETEC, 2008, p.12)

A Figura 1 ilustra a Fase I da expansão com a previsão de criação de Escolas Técnicas Agrotécnicas Federais; além da implantação de novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando, assim, unidades da federação com a instalação de instituições da rede federal, dando prioridade a unidades federativas e periferias de grandes centros, que ainda não contavam com a educação profissional e tecnológica, tais como: Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Figura 1: Mapa da Expansão da Rede Federal de EPT: 1909 a 2002; e 2003 a 2010.



Fonte: Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/>>. Acesso em: 19 nov. 2018

Diante desse contexto, na Fase I, lançada em 2005, priorizou-se a construção de 64 novas unidades: 37 foram novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, 9 novas autarquias, além da federalização de 18 escolas que não pertenciam à rede federal (MEC/SETEC, 2010).

Assim a expansão busca proporcionar oportunidades entendendo que o mundo do trabalho atualmente requer um profissional que saiba fazer e também que saiba pensar. Tal fato ocorre em razão da dinâmica entre a tecnologia, o trabalho e a educação, dentre outros fatores.

Conforme pondera Castioni:

As alterações do mundo do trabalho decorrentes das “novas” dimensões da relação entre trabalho e educação impõem desafios às instituições de educação profissional e tecnológica no Brasil. Essas mudanças e a nova realidade social, econômica, cultural e ambiental do Brasil podem ser vistas como resultantes da inserção do país no atual processo de globalização. Elas passam, necessariamente, pelo viés da educação, uma vez que não há como formar e educar indivíduos sem referência às problemáticas contemporâneas. A esses aspectos, acrescentam-se as novas exigências do mundo do trabalho, marcado pelo desenvolvimento científico e tecnológico. (CASTIONI, 2012, p. 34)

Nesse contexto de integração entre o mundo do trabalho e as mudanças atuais,

A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e da democracia efetivas. Não se trata de uma relação, pois, linear com o mercado de trabalho, mas mediada, sem o que não se cumprem os dois imperativos: de justiça social e de acompanhamento das transformações técnico-científica do mundo do trabalho. (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2012 p. 74)

A segunda fase - Fase II (2007 a 2010) do Plano de Expansão trouxe como meta a interiorização, contemplando lugares desfavorecidos de políticas públicas educacionais. Desse modo a meta da referida fase era efetivar a entrega de mais 150 novas unidades de ensino e as 64 já contabilizadas na Fase I, totalizando 214 unidades de ensino.

Figura 2: Mapa da Expansão da Rede Federal



.Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/mapa.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

A Fase II da expansão teve como destaque a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; V - Colégio Pedro II. (BRASIL, 2008)

A nova configuração da rede federal de EPT, representada pelos Institutos Federais surge com o intuito de oferecer educação nos diferentes níveis e modalidades de ensino apresentando uma mudança estrutural visando ampliar recursos financeiros e garantir a expansão.

Art. 2º. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais; § 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais; § 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. (BRASIL, 2008).

Ainda na Fase II, em 2008, entrou em vigor o catálogo nacional de cursos técnicos, após um período de 6 meses de consulta pública, se tornando um importante instrumento de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil. (MEC, 2017).

Em 29 de dezembro de 2008, com a vigência da Lei nº 11.892/2008, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs), 39 Escolas Agrotécnicas (EAFs), 7 Escolas Técnicas Federais (ETFs) e 8 Escolas Técnicas Vinculadas (ETVs) às Universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais se originaram da transformação ou agregação de instituições já existentes e que optaram pela mudança e, por isso apresentam uma estrutura diferenciada.

A educação profissional e tecnológica passa a assumir um valor estratégico para o desenvolvimento nacional, em consonância com o desenvolvimento regional e local, resultantes das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal.

De acordo com a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), essas instituições passaram a ser compostas por reitorias e o gestor máximo de cada Instituto Federal deve ser um Reitor. Assim, cada reitoria possui seus *campi*, que são administrados por gestores que devem ter a denominação de Diretores-Gerais. As referidas instituições têm como objetivo articular com o território no qual estão inseridos, visando contribuir para o desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2008).

A partir da Lei nº 11.892/2008, foram constituídas as reitorias dos Institutos Federais, conforme descrito no apêndice I.

Na Fase III da expansão da Rede Federal, iniciada em 2011, estabeleceu-se um projeto de criação de 208 novas unidades até o ano 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. (MEC, 2018).

Como resultado a expansão e interiorização das instituições federais de EPT, que contava, em 2006, com um total de 144 unidades, atingiu, em 2018, 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades).

Em 2018, a Rede Federal é constituída por:

- 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);
- 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs);
- 23 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e
- O Colégio Pedro II, e seus respectivos *campi*.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem uma história de 100 anos, sendo que suas atividades iniciais eram voltadas para “as classes desprovidas” e atualmente conta com uma estrutura que procura atender a todas as pessoas, além de permitir o acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Assume

importância ainda, através das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e tecnologia; com o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho.

3.1 INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: TRANSFORMAÇÕES E CONQUISTAS.

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), teve início no século passado, com Nilo Peçanha, o então Presidente da República, que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, com o objetivo principal de dar educação e oportunidade de trabalho para os jovens das classes menos favorecidas.

De acordo com informações obtidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFF (PDI), inicialmente, a intenção era estabelecer escolas nas capitais dos Estados, com maior potencial de absorção de mão de obra, de forma buscar a atender àqueles que buscavam novas possibilidades de empregabilidade nos espaços urbanos além de serem considerados os locais mais procurados por aqueles que estavam em busca de emprego em espaços urbanos. De forma excepcional, a do Estado do Rio de Janeiro seria instalada em Campos, cidade do Norte Fluminense, em janeiro de 1910, assumindo importância significativa para a região. (IFFLUMINENSE, 2019).

Figura 3: Escola de Aprendizes e Artífices em 1909.



Fonte: IFFluminense (2015)

Em 23 de janeiro de 1910, a escola entrou em funcionamento, oferecendo os cursos de alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade. (IFFLUMINENSE, 2019).

Segundo o PDI do IFFluminense, como a industrialização no Brasil foi avançando, houve também a necessidade de se formar profissionais para atender à demanda do mercado, desse modo, as Escolas de Aprendizes e Artífices de nível primário foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, equiparando-se às de ensino médio e secundário. Em janeiro de 1942, por meio do Decreto 4.073, com o investimento na industrialização brasileira, as escolas de formação profissional foram alterando seu perfil e as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a se denominar Escolas Técnicas Industriais. A partir daí foram equiparadas às escolas de ensino médio e secundário, possibilitando o prosseguimento de estudos no que diz respeito à formação profissional em nível secundário; sem, contudo favorecer ao ensino superior. (IFFLUMINENSE, 2019).

A Escola de Aprendizes Artífices de Campos passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Campos em 1945.

Em 1966, a Escola Técnica Federal de Campos (ETFC) reestruturou seus currículos na perspectiva de associar teoria à prática, criando os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Mecânica de Máquinas e, posteriormente, o Curso Técnico em Estradas. Em 1973, implantou o Curso Técnico em Química voltado para a indústria açucareira, uma das bases da economia da cidade.

Em torno da Lei N.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, pôde-se observar o interesse e o encaminhamento do governo militar do período 1964-1984, em relação à proposta de ensino técnico profissional no Brasil, como compulsório no ensino de 2º grau, obrigatoriedade revogada em 1982 com a Lei N.º 7.044. Em se tratando das escolas federais, que serviram de motivação para o MEC, seja pela sua função histórica, seja pelo investimento de verbas oriundas do governo federal, o trabalho desenvolvido ganhava cada vez mais credibilidade. Intensificava-se a formação de técnicos, destacando, inclusive, as qualificações de acordo com áreas priorizadas pelo governo com vistas ao desenvolvimento nacional. No ano de 1974, a ETFC passa a oferecer apenas cursos técnicos em seu currículo oficial e põe fim às antigas oficinas. (IFFLUMINENSE, 2019, p. 35).

Ainda de acordo com o mesmo documento, a então Escola Técnica passa a oferecer apenas cursos técnicos em seu currículo oficial e extingue suas antigas oficinas. Registra-se que, nesse ano, a Petrobrás veiculou a notícia da descoberta

de campos de petróleo no litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Esse fato foi decisivo para a mudança dos rumos da região e influenciou diretamente a história da instituição. A Escola Técnica, assim, “representa o caminho para o sonho e passa a ser a principal formadora de mão de obra para as empresas que operam na bacia de Campos”. No início da década de 90, as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), todavia, somente no ano de 1999, após extenso período de avaliação institucional, seis unidades da Rede Federal foram autorizadas a oferecer cursos de nível superior, estando entre essas, o CEFET Campos. (IFFLUMINENSE, 2019).

No final da década de 1990 houve um crescimento de possibilidades para a Instituição no sentido de atuar com maior autonomia e nos mais diferentes níveis de formação. A escola implantou seu primeiro curso superior de Tecnologia em Processamento de Dados. Estava assegurado à Instituição o direito de atuar nos Cursos Superiores de Tecnologia.

Como o desenvolvimento regional passou a ser um dos objetivos do projeto institucional do CEFET Campos, em 1998, inaugurou-se a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Macaé. Em 2002, foi firmado um convênio com a prefeitura de São João da Barra, criando, assim, um Núcleo Avançado de Ensino nesse município. Sob decretos presidenciais, em outubro de 2004, o CEFET adquiriu a condição de Centro Universitário, passando a oferecer cursos superiores e pós-graduações *lato sensu*.

Por meio de convênio com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica /Controle em Automação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2005, iniciou a oferta do Curso de Engenharia de Controle e Automação Industrial e também o Mestrado Interinstitucional. No ano de 2006, outro Núcleo Avançado foi criado no município de Quissamã e, em 2007, através do Programa de expansão da Rede Federal de Ensino Profissionalizante do Governo Federal, foi criada a sua segunda UNED, no distrito de Guarus.

Com a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, o CEFET Campos e o Colégio Técnico Agrícola Ildelfonso Bastos Borges da Universidade Federal Fluminense (CTAIBB/UFF) apresentaram uma proposta conjunta, visando a integração das duas instituições, que propiciasse a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Com a promulgação da Lei nº 11.892/2008, esse objetivo foi alcançado. O IFFluminense surge, então, voltado para

o mundo do trabalho, tendo como principal atribuição contribuir para o desenvolvimento econômico das regiões onde está inserido.

O Instituto está localizado no Estado do Rio de Janeiro e possui, atualmente, 13 *campi*: Campos Centro, Campos Guarus, São João da Barra, Rio Paraíba do Sul/ Unidade de Pesquisa e Extensão Agro-Ambiental (UPEA), Macaé e Quissamã, no Norte do Estado do Rio de Janeiro; Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci e Santo Antônio de Pádua, no Noroeste Fluminense; Cabo Frio na Região dos Lagos; e Itaboraí e Maricá, na Região Metropolitana. Por meio de convênio com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica / Controle em Automação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2005, iniciou a oferta do Curso de Engenharia de Controle e Automação Industrial e também o Mestrado Interinstitucional.

3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPONA.

O município de Bom Jesus do Itabapoana, onde está inserido um dos *campi* do Instituto Federal Fluminense, foi criado em 1938 e está localizado na região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, ocupando uma área total de 598,8 quilômetros quadrados, que corresponde a 11,1%, da área da região Noroeste Fluminense. O referido município conta com uma população estimada em 35.411 habitantes, sendo equivalente a 11, 2% da população total, conforme Censo 2010 do IBGE.

Habitado inicialmente pelos Tamoios, a colonização do território do atual município começou no século XVIII, com a doação de sesmarias. Os primeiros que lá se instalaram foram os Faro e os Pereira da Silva e, em 1853, já havia um povoado. Sua privilegiada localização geográfica determinou rápido progresso e, em 1864, foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, tornando-se logo importante praça comercial no interior. Era ponto obrigatório de grande parte dos produtos de Minas Gerais e São Paulo, o que veio determinar o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria. Apesar de sofrer as conseqüências da abolição da escravatura, refez-se rapidamente e expandiu seu parque industrial (IBGE, 2010).

Bom Jesus do Itabapoana foi elevado à categoria de município através do Decreto-lei estadual nº 633, de dezembro de 1938, quando foi desmembrado do município de Itaperuna. Está situado no vale do Itabapoana, na mesorregião Noroeste Fluminense, que compreende os municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, São José de Ubá, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai numa área de 5.372,62 km², representando 12,27% da área do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2010).

De acordo com a análise de Cruz (2007), os municípios do Noroeste Fluminense, como Bom Jesus do Itabapoana, acabam sendo penalizados pela decadência de atividades econômicas ligadas à cultura do café e da cana-de-açúcar; bem como pela polarização dos municípios ricos, que atraíram os investimentos em atividades produtivas deixando os outros municípios, sem condições de fomento em atividades voltadas para o desenvolvimento local.

Os municípios da periferia dos municípios ricos do Norte Fluminense são duplamente penalizados: i) pela decadência das atividades econômicas históricas, ligadas às culturas da cana e do café, sem que tenha ocorrido sua substituição por qualquer outra econômica capaz de atender à demanda por emprego, e ii) pela capacidade de polarização dos municípios ricos, que torna desinteressante os investimentos fora deles. (CRUZ, 2007, p. 3).

Devido à decadência das atividades econômicas ligadas à cultura do café e da cana-de-açúcar a região busca novos caminhos ganhando visibilidade na atividade de agropecuária sendo considerada de grande relevância para a economia da região; atingindo como conquista a criação da CAPIL (Cooperativa Agrária de Itaperuna Ltda) no município de Itaperuna e a CAVIL (Cooperativa Agrária do Vale do Itabapoana Ltda), no município de Bom Jesus do Itabapoana.

O Noroeste, economicamente estruturado com base no café e na pecuária leiteira – potencializada pela agroindústria de laticínios – questiona sua condição histórica de periferia do Norte-Fluminense polarizado pela “região do açúcar” e investe na consolidação de sua própria identidade regional. (SIQUEIRA, 2015, p. 37).

O referido autor retrata a economia do Noroeste Fluminense e a polarização pela Região Norte-Fluminense, demonstrando a dificuldade da economia da

mesorregião e, conseqüentemente, do município de Bom Jesus do Itabapoana, que mostra um passado econômico ligado à atividade cafeeira.

Silva (2014, p.89) relata que,

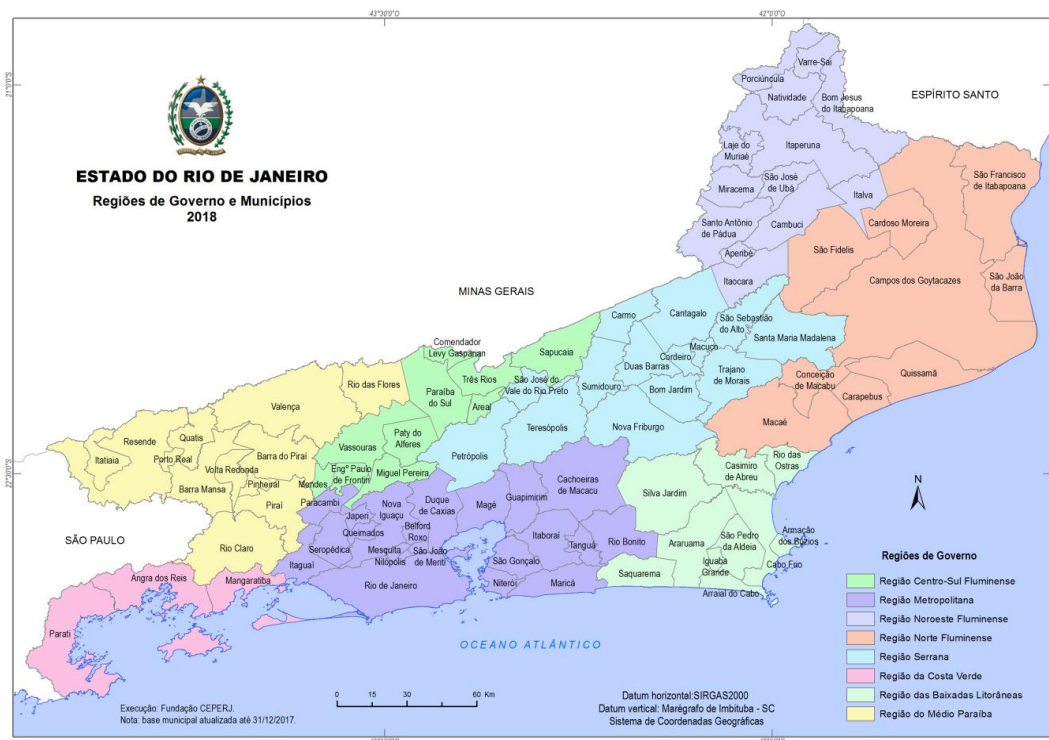
A polarização e o monopólio dos recursos governamentais exercidos pelas elites da agroindústria açucareira regional, concentrada em Campos dos Goytacazes, foi um dos motivos da luta do Noroeste Fluminense, até a década de 1980, para a separação do Norte Fluminense.

Nas palavras do mesmo autor a economia do Noroeste Fluminense é destacada pela expressiva produção do café, pela agropecuária e pela agroindústria leiteira ao passo que o Norte Fluminense se destaca pela cana e pela agroindústria açucareira – situações econômicas que se opõem e acabam favorecendo a separação das regiões. (SILVA, 2014).

Na figura 03, podemos verificar as mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, em que o Noroeste Fluminense faz parte.

Cumpramos destacar que a mesorregião Noroeste Fluminense surge então já caracterizada por uma intensa fragmentação territorial, com forte tendência à descentralização político-administrativa. Além de absorver o maior número de municípios egressos do Norte-Fluminense, na redivisão por ocasião de sua criação, o NOF sediará o surgimento de mais quatro municípios “pobres”, sem receitas significativas e sem atividades econômicas. (SIQUEIRA, 2015, p. 39)

Figura 4: Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas.



Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/div_poli/maparj2018.pdf>. Acesso em: 27 set.2018.

De acordo com as informações do Censo do IBGE, no ano de 2010, Bom Jesus do Itabapoana contava com uma população total de 35.411 habitantes, e densidade demográfica de 59,13 habitantes por km², apresentando um crescimento populacional de 0,51%, com uma população predominantemente urbana correspondente a 84,51% de urbanização. O município faz divisa com os municípios de Apicá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado, os quais pertencem ao Estado do Espírito Santo, bem como, faz divisa com os municípios de Itaperuna e Campos dos Goytacazes, pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro. (IBGE, 2010).

A Tabela 1 apresenta o crescimento da população no município de Bom Jesus do Itabapoana, no período de 2000 a 2010, conforme dados do Censo do IBGE de 2010. É possível observar que de acordo com o IBGE a população de Bom Jesus do Itabapoana cresceu cerca de 5,21% se compararmos a população existente no ano de 2000 com a população existente no ano 2010.

Tabela 1: Crescimento populacional entre os anos 2000 e 2010

Brasil, Unidade de Federação, Mesorregião Geográfica e Município				
Ano	Brasil	Estado do Rio de Janeiro	Noroeste Fluminense	Bom Jesus do Itabapoana
2000	169.872.856	14.392.106	297.837	33.655
2010	190.755.799	15.989.929	317.493	35.411

Fonte: IBGE (2010)

Bom Jesus do Itabapoana está localizado na região Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, conforme citado anteriormente, o qual faz divisa com o Estado do Espírito Santo por meio do município de Bom Jesus do Norte. Além do município de Bom Jesus do Norte, há também os municípios de Apiaçá e São José do Calçado que contam atualmente com uma dependência socioeconômica em relação ao município analisado.

A Tabela 2 apresenta a participação do município Bom Jesus do Itabapoana em relação ao PIB Estadual, demonstrando as atividades de maior e menor importância econômica. Observa-se que houve oscilação em relação ao setor de agropecuária, principalmente no que se refere ao ano de 2010, todavia os demais setores mantiveram estáveis.

Tabela 2: Participação das atividades econômicas de Bom Jesus do Itabapoana em relação ao Estado do Rio de Janeiro

Participação das atividades econômicas (%)					
Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
2006	0,11	1,24	0,05	0,14	0,23
2007	0,11	1,56	0,05	0,13	0,22
2008	0,11	1,41	0,04	0,13	0,22
2009	0,12	1,29	0,06	0,14	0,23
2010	0,11	0,84	0,06	0,13	0,22

Fonte: Fundação CEPERJ (2010)

Observa-se na Tabela 3 que o PIB municipal de Bom Jesus do Itabapoana traz o setor de serviços como sua maior representação ganhando destaque a administração pública. Conforme descreve a tabela, houve uma oscilação significativa em relação à indústria, no ano de 2008.

Tabela 3: Participação das atividades de Bom Jesus do Itabapoana no PIB municipal

Participação das atividades econômicas (%)					
Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
2006	100	5,32	13,06	81,62	34,32
2007	100	5,31	12,64	82,05	34,67
2008	100	5,63	1,49	81,07	35,97
2009	100	5,3	12,86	81,84	35,09
2010	100	3,19	13,93	82,87	37,19

Fonte: Fundação CEPERJ (2010)

Os dados apresentados na Tabela 4 abaixo representam a evolução do IDHM do município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ entre os anos de 2000 e 2010. Observa-se um aumento em todos os índices de desenvolvimento do referido município, apresentando a educação em primeiro lugar; em seguida a longevidade e, logo após, a renda per capita.

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Bom Jesus do Itabapoana-RJ

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Bom Jesus do Itabapoana-RJ		
IDHM e Componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,504	0,662
% 18 anos ou mais com fundamental completo	40,90	53,83
% 5 ou 6 anos frequentando a escola	89,73	97,62
% 11 a 13 anos nas séries finais do ensino Fundamental	65,64	85,96
% 15 a 17 anos com fundamental completo	44,47	55,93
% 18 a 20 anos com ensino médio completo	23,86	53,96
IDHM Longevidade	0,740	0,819
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,39	74,16
IDHM Renda	0,656	0,723
Renda Per Capita (em R\$)	475,10	717,69

Fonte: (Atlas de Desenvolvimento Humano 2013)

Em relação à Tabela 5, a renda per capita aumentou de 475,10 para 717,69, entre os anos de 2000 e 2010. Observa-se uma redução significativa na proporção de extremamente pobres e pobres.

Tabela 5: Índices de Renda, Pobreza e Desigualdade em Bom Jesus do Itabapoana-RJ

Renda, Pobreza e Desigualdades – Bom Jesus do Itabapoana-RJ		
Ano	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	475,10	717,69
% extremamente pobres	5,85	3,41
% pobres	22,61	10,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Na Tabela 6, observa-se que houve um aumento da população em sua totalidade. No entanto, a população urbana aumentou enquanto a população rural diminuiu em consequência do êxodo rural.

Tabela 6: Evolução da população urbana e rural em Bom Jesus do Itabapoana-RJ

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
2000	33.655	27.425	6.230
2010	35.411	29.927	5.484

Fonte: IBGE. Censos 2000 e 2010

Em relação à Tabela 7, observa-se que entre os anos de 2000 e 2010, houve queda referente às taxas de atividade e de desocupação. A taxa de ocupados com ensino fundamental completo era maior do que a taxa de ocupados com o ensino médio completo em 2000 e 2010. A taxa de ocupados com rendimento médio de até 1 salário mínimo era menor do que a taxa de ocupados com rendimento médio de até 2 salários mínimos em 2000 e, por mais que tenha havido queda em ambas as taxas, a população com renda de até 1 salário mínimo permaneceu menor em 2010.

Tabela 7: Índices de ocupação da população adulta em Bom Jesus do Itabapoana-RJ

Ocupação da população de 18 anos ou mais – Bom Jesus do Itabapoana – RJ		
	2000	2010
Taxa de atividade	62,34	61,28
Taxa de desocupação	10,55	8,54
Grau de formalização de ocupados -18 anos ou mais		
Nível educacional dos ocupados		
% de ocupados com fundamental completo	49,76	62,8
% percentual de ocupados com médio completo	33,62	46,95
Rendimento Médio		
% de ocupados com rendimento de até 1 s m	57,06	20,86
% de ocupados com rendimento de até 2 s m	81,64	74,16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Os dados apresentados nas Tabelas de 1 a 7 trazem uma breve explanação do desenvolvimento do município no período de 2000 a 2010, por meio de dados extraídos do IBGE, CEPERJ e Atlas do Desenvolvimento Humano. Com a expansão

da EPT, o CTAIBB migrou para o IFF e a partir daí foram implementados vários cursos com intuito de dialogar entre eles e contribuir para desenvolvimento local e regional. Diante desse contexto, pretende-se analisar se de fato o IFF tem cumprido seu papel por meio de suas características e finalidades, de modo a possibilitar a inserção de seus egressos no mundo do trabalho, na formação recebida e na continuidade dos estudos.

3.3 INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA

O *Campus* Bom Jesus do Itabapoana integra o plano da Rede Federal de Expansão Profissional do Governo Federal implementado junto ao Ministério da Educação – MEC e está situado acerca de 2km de distância do centro do município, à margem direita do rio Itabapoana na divisa com o Estado do Espírito Santo, e ocupa uma área de 484.000 m² de várzea, pequenas elevações, significativamente ocupadas com construções residenciais, comerciais, industriais, sendo um dos *campi* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense. (CAMPOS, 2016)

A instituição teve origem em 09 de abril de 1970, sob a denominação de Colégio Técnico Agrícola Ildfonso Bastos Borges – CTAIBB. Iniciou suas atividades em 1970, sendo inicialmente, mantido pela Fundação Educacional de Bom Jesus, com recursos financeiros da Prefeitura Municipal (SOUZA, 2016).

Figura 5: Vista parcial do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges em 1970



Fonte: IFFluminense (2014)

Ainda conforme relato de Souza (2016), enquanto “Colégio Agrícola”, se dedicava à oferta de formação profissional técnica em nível médio e sua área principal de atuação era a agropecuária ofertando a toda comunidade o curso Técnico em Agropecuária e o curso Técnico em Economia Doméstica Rural. A Fundação Educacional de Bom Jesus e a Prefeitura Municipal iniciaram contato com a Universidade Federal Fluminense – UFF, em 01 de janeiro de 1973, com o objetivo de firmar um convênio que integrasse as atividades do CTAIBB aos programas da Universidade.

Conforme consta no histórico do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana disponibilizado no *site* do IFFluminense, foi por meio da Resolução nº 27/76, do Conselho Universitário da UFF, o CTAIBB passou a integrar a Faculdade de Educação, que era vinculada ao Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Federal Fluminense. (IFFLUMINENSE, 2015).

Com a publicação do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelecia diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica; iniciou-se um diálogo mais próximo entre o CEFET Campos e o CTAIBB, com o objetivo de incorporarem, conjuntamente, ao processo de criação do Instituto Federal Fluminense e, conseqüentemente, do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana

(SOUZA, 2016).

Por meio da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, foi permitido às instituições apresentarem, de forma voluntária, propostas para se integrarem ao novo modelo da Rede Federal de Educação Profissional.

Ainda segundo Souza (2016), após amplo debate interno, com a participação ativa do corpo técnico-administrativo e docente, no dia 01 de março de 2008, foi aprovado por meio de consulta à comunidade do CTAIBB, com 82,6% dos votos, o interesse de a instituição se desvincular da Universidade Federal Fluminense e se vincular ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Diante desse contexto, houve a necessidade de tramitar o processo referente a esse pleito junto às Câmaras de Legislação e Normas, Câmaras de Assuntos Administrativos e Câmara de Orçamento e Finanças da UFF, obtendo parecer favorável das mesmas (Anexos III, IV e V, respectivamente).

Em sequência a esses fatos, houve a tramitação do processo no Conselho Universitário, que originou a Resolução nº 46, de 26 de março de 2008 (Anexo VI), que aprovou o posicionamento da comunidade do CTAIBB pela adesão ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e pelo encaminhamento do referido pleito à SETEC/MEC. (IFFFLUMINENSE, 2019).

A partir de então, a Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFFluminense. Assim sendo, o colégio passou a receber a denominação de *Campus Bom Jesus do Itabapoana* (BRASIL, 2008).

Figura 6: Vista parcial do Colégio Técnico Agrícola Ildelfonso Bastos Borges/UFF em 2008.



Fonte: IFFluminense (2014).

À época em que o CTAIBB se desvinculou da UFF, no ano de 2008, a instituição contava com 269 alunos matriculados e apenas dois cursos: Curso Técnico em Agropecuária e Curso Técnico em Agroindústria (SOUZA, 2016).

Ao aderir à Chamada Pública, a comunidade interna e externa do CTAIBB (cidadãos bonjesuenses) almejava fortalecer a instituição, inclusive, com a criação de um curso superior, tendo em vista que o município carecia dessa oportunidade.

A Figura 8 mostra a mais recente obra realizada pelo *Campus Bom Jesus* do Itabapoana, onde cria mais um bloco de ensino de forma a atender à demanda da comunidade local e regional.

Figura 7: Vista parcial do IFF *Campus Bom Jesus do Itabapoana* em 2011



Fonte: IFFluminense (2014)

Figura 8: Vista parcial da ampliação do *Campus Bom Jesus do Itabapoana* em 2018



Fonte: IFFluminense (2018).

As Figuras, 7 e 8 ilustram a evolução/crescimento da instituição iniciada com o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges/UF, antes de sua desvinculação da Universidade Federal Fluminense, e do *Campus Bom Jesus do Itabapoana*, após sua integração ao Instituto Federal Fluminense.

3.4 OS CURSOS OFERECIDOS PELO IFF *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA.

De acordo com informações do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, a expansão da Rede Profissional e Tecnológica oportunizou ao *Campus* Bom Jesus a implementação de novos cursos, tais como: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Técnico em Alimentos; Técnico em Informática; Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Química. Há também oferta de Cursos Técnicos Concomitantes: Técnico em Agropecuária; Técnico em Alimentos; Técnico em Informática; Técnico em Meio Ambiente. Na modalidade Educação a Distância – EAD, o *campus* oferece o Curso Técnico em Segurança do Trabalho. Em nível de graduação, é oferecido o Curso Superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos, na modalidade de bacharelado (IFFLUMINENSE, 2016).

Os Cursos Técnicos integrados e concomitantes são oferecidos pela instituição nos turnos da manhã, tarde e noite, de forma a atender à demanda da comunidade e à legislação vigente.

Conforme informações obtidas no portal do IFFluminense, o Curso de bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos é oferecido pela referida instituição no turno da noite com duração de 04 anos. Assim a comunidade tem a oportunidade de se capacitar como Cientista de Alimentos, recebendo uma formação multidisciplinar, possibilitando atuação nas mais diversas áreas da Indústria, Pesquisa e Comércio (IFFLUMINENSE, 2015).

O *Campus* Bom Jesus do Itabapoana desenvolve, também, atividades de pesquisa e extensão em diversas modalidades de acordo com os princípios e finalidades da EPT, visando articular o mundo do trabalho e os seguimentos, procurando enfatizar a produção, o desenvolvimento e conhecimento científico e tecnológico. (BRASIL, 2008).

Conforme divulgado no portal do IFFluminense *Campus* Bom Jesus, as pesquisas são realizadas nas áreas de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Agropecuária, Meio Ambiente. Além dos projetos desenvolvidos nestas áreas, outros também são realizados nas áreas de Astronomia, Tecnologia da Informação, Química, Literatura, Educação. São realizados projetos de pesquisa básica e de

pesquisa aplicada, que proporcionam desenvolvimento e inovação local e regional, ou ainda desenvolvimento de novos produtos e processos. (IFFLUMINENSE, 2015).

De acordo com a Deliberação nº 15/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CENPE, o *campus* Bom Jesus, tem atuado na extensão em suas diversas dimensões operativas, quais sejam, programas de extensão, projetos de extensão, serviços tecnológicos, eventos, ações sociais, cursos, visitas técnicas, empreendedorismo e associativismo estágio e emprego. Tais ações possibilitam uma positiva integração com a comunidade em diversas áreas. A troca de saberes inerente à extensão possibilita um enriquecimento na qualidade do ensino e pesquisa. Os novos olhares construídos a partir da relação dialógica se refletem na formação dos profissionais da educação dos Institutos e dos estudantes envolvidos. As perguntas surgidas a partir dessa interação impulsionam pesquisas com o intuito de colaborar com o atendimento às demandas da sociedade, pautando-se pela realidade observada e vivida. (IFFLUMINENSE, 2014).

A instituição conta com os seguintes programas de caráter permanente: Centro de memória, Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas, Núcleo de Gênero, Universidade Aberta da Terceira Idade.

Conforme divulgado no portal do IFFluminense *campus* Bom Jesus, são realizados projetos de extensão e cultura em diversas áreas quais sejam, linguagem, educação, meio ambiental, agropecuária, inclusão social, arte e cultura, dança, tecnologia da informação. (IFFLUMINENSE, 2015).

A formação do educando é ampliada por visitas técnicas, participação em cursos de curta duração, promovidos pela instituição, e possibilidade de atuação na empresa júnior possibilitando assim uma vivência do educando com o mundo do trabalho e o empreendedorismo.

Além disso, o IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana contempla seus alunos com apresentação e divulgação de trabalhos desenvolvidos no *campus* e demais instituições, bem como a participação em oficinas, palestras, mini-cursos, atividades artísticas culturais e esportivas, por meio da “Mostra do Conhecimento: Ensino, Pesquisa e Extensão”. (IFFLUMINENSE, 2014).

A instituição traz em seu calendário acadêmico também os eventos como “Abril indígena”, “Novembro negro”, “Dia da Agropecuária”, “Dia do Meio Ambiente” e “Dia do Químico”. Ressalta-se que a instituição trabalha temas transversais de modo a atender a sugestão dos parâmetros curriculares nacionais.

Os alunos dos cursos do IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana contam ainda com bolsas de assistência estudantil visando a permanência do estudante de baixa renda por meio do Programa de Moradia/Transporte/Alimentação, como auxílio institucional para complementação de despesas com moradia; colaborando com estudantes que apresentem dificuldades com deslocamento no percurso residência/instituição de ensino/residência, e não tenham acesso à gratuidade do passe escolar; e conceder refeição/alimentação a estudantes em situação de vulnerabilidade social. (IFLUMINENSE, 2016).

Ainda são oportunizadas aos alunos com desempenho considerado satisfatório, bolsas de pesquisa, extensão e monitoria como forma de estímulo para o envolvimento e crescimento intelectual e desenvolvimento de senso científico tecnológico. (IFLUMINENSE, 2012).

3.5 O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

De acordo com o Plano Pedagógico do Curso (PPC) do curso Técnico em Agropecuária, o IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana tem por missão capacitar os recursos humanos para planejar, produzir, avaliar, analisar e aplicar conhecimentos e informações que se relacionem com a produção vegetal e animal; fornecer subsídios educacionais para que o técnico possa pensar e executar, buscando promover o desenvolvimento das áreas de produção, observando as tendências de mercado e as legislações vigentes; oportunizar diversidade de formação que permita maior empregabilidade e concorrer para o desenvolvimento regional. (IFFLUMINENSE, 2016).

O referido documento (PPC) descreve também que a principal atividade econômica da região Noroeste Fluminense é a agropecuária, com destaque para a cultura do café e a pecuária leiteira e pecuária de corte. A atividade leiteira é praticada em pequenas e médias propriedades, por agricultores familiares em sistemas com baixo nível tecnológico. Dessa forma, a adoção de técnicas que contribuem para o aumento da produtividade e melhoramento genético do rebanho, torna-se primordial para uma maior eficiência na produtividade. (IFFLUMINENSE, 2016).

É importante que se promova a modernização da produção pecuária, com a adoção de pacotes tecnológicos, e o *Campus Bom Jesus do Itabapoana* passa a ser um referencial na busca por melhores condições de produção para os produtores, com a adoção de sistemas de produção sustentáveis.

Baseado nas informações do PPC do Curso Técnico em Agropecuária, a Região Noroeste responde por cerca de 70% da atividade cafeeira no Estado do Rio de Janeiro e a COOPERCANOL (Cooperativa de Produtores de Café do Noroeste Fluminense), sediada no município de Varre - Sai, conta com uma unidade de seleção de café, iniciando na região uma nova era na produção de café de qualidade, com o produto já saindo selecionado e classificado do próprio estado para exportação ou venda a mercados consumidores de alto padrão (IFFLUMINENSE, 2016).

O PPC menciona também a fruticultura como uma atividade que vem crescendo na região, principalmente com as culturas da banana e laranja, e com a aplicação de técnicas adequadas e adoção de tecnologia, o que é importante para se obter ganho de produtividade. Além disso, culturas não tão comuns à região têm se mostrado promissoras, como é o caso da viticultura (produção de uvas), localizada no município de Bom Jesus do Itabapoana. A olericultura no Noroeste Fluminense, assim como em todo o Estado do Rio de Janeiro, é praticada em pequenas propriedades familiares, com o cultivo de espécies variadas. É um padrão bem parecido com o que ocorre em grande parte do Brasil. Um dos desafios da produção de olerícolas é melhorar a rentabilidade do produtor rural no processo de comercialização de seus produtos. Os produtores comercializam seus produtos em feiras, para os comerciantes de suas localidades e ainda em entrepostos na região. (IFFLUMINENSE, 2016).

O Curso Técnico em Agropecuária integrado conta com 03 anos de duração e o concomitante, com 02 anos e é oferecido pelo *Campus Bom Jesus do Itabapoana* nos turnos da manhã e tarde, com a finalidade de formar o aluno para o mundo do trabalho.

Tendo como base as informações do PPC do Curso Técnico em Agropecuária, o referido curso tem como objetivo capacitar alunos que desejam uma formação profissional, proporcionando oportunidades de qualificação e requalificação; orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com

base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (IFFLUMINENSE, 2016).

Conforme descrito no portal IFFluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana (2018), o Técnico em Agropecuária formado pela instituição é um profissional habilitado para atuar em qualquer etapa da cadeia produtiva agropecuária, seja no fornecimento de recursos produtivos – venda de insumos, venda de máquinas e equipamentos, prestação de serviços, crédito rural – na produção agrícola/zootécnica propriamente dita e na comercialização dos respectivos produtos.

Possui como áreas de atuação:

- Prestar assistência técnica no desenvolvimento de projetos tecnológicos agropecuários;
- Adquirir, preparar, transformar, conservar e armazenar matéria-prima e produtos agroindustriais;
- Desenvolver programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
- Planejar e acompanhar a execução de programas de melhoramento genético de animais, bem como métodos e programas de reprodução;
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade e sanidade na produção agropecuária;
- Planejar, organizar e monitorar a exploração e o manejo do solo de acordo com suas características;
- Cultivar sistemas e plantios abertos ou protegidos;
- Produzir mudas (viveiros) e sementes;
- Planejamento de ações referentes aos tratamentos das culturas;
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita;
- Elaborar projetos topográficos e de impacto ambiental;
- Atuar na administração rural;
- Atuar em institutos e empresas de pesquisa e desenvolvimento;
- Atuar em empresas que prestam assessoria e acompanhamento agropecuário;
- Atuar em empresas e indústrias que atuam no complexo agroindustrial.

O acesso ao curso ocorre mediante processo seletivo de igualdades de oportunidades para acesso e permanência na instituição. Ocorre anualmente, adotados os dispostos do regulamento organizado pela comissão responsável pelo processo de seleção para ingresso, em conformidade com a Constituição Federal, com a LDB, com o Parecer nº 95/1998, com os Decretos nº 5.224/2004 e 5.773/2006 e também com a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (IFFLUMINENSE, 2016).

O *Campus* Bom Jesus do Itabapoana está inserido em uma área do Noroeste Fluminense que tem interseção com o sul do Estado do Espírito Santo e com o Estado de Minas Gerais, região eminentemente agrícola, carente de técnicas e tecnologias mais avançadas, que garantam o aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos a serem ofertados, com qualidade para o acondicionamento, armazenamento, distribuição e comercialização da produção agropecuária. (IFFLUMINENSE, 2012).

Nesse contexto, a oferta de um Curso Técnico em Agropecuária busca formar profissionais competentes nas áreas de produção animal e vegetal, com espírito empreendedor, capazes de promover mudanças e inovações fundamentadas na visão multidisciplinar e no conhecimento técnico, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município e da região.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA COM OS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO CAMPUS BOM JESUS.

Para subsidiar esta dissertação, foi realizada uma pesquisa com os egressos do IFFluminense, *Campus Bom Jesus*, dos anos de 2012, 2014 e 2016. De acordo com dados obtidos na Coordenação de Registros Acadêmicos da referida instituição, 161 técnicos foram formados nesses respectivos anos, sendo 121 da modalidade integrado e 40 da modalidade concomitante.

A referida pesquisa ocorreu durante os meses de janeiro e fevereiro de 2019, por meio de contatos realizados por telefone, rede social (Facebook), aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp) e plataforma de serviços de formulários *online* (*Google Forms*). O total de 72 ex-alunos responderam a um questionário cuja aplicação levava um tempo médio para resposta de 08 minutos.

A análise de dados da pesquisa com egressos do *Campus Bom Jesus* envolveu o uso de técnicas de estatística com resultados obtidos por meio das informações do questionário realizado pela plataforma do *Google Forms* e análise documental. A estratificação se deu com os resultados obtidos dos alunos das modalidades integrado e concomitante. Vale ressaltar que, nesta dissertação, considera-se egresso o aluno que, efetivamente, concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas nos Planos Pedagógicos do Curso (PPC) e que esteja apto a receber o diploma ou já o tenha recebido.

Torna-se necessário fortalecer ou restabelecer as informações sobre os egressos, dada à expansão dos Institutos Federais e a necessidade de adequar o curso à realidade local e regional.

Os gráficos abaixo, gerados a partir de um questionário representam os dados coletados na pesquisa sobre os egressos do curso Técnico em Agropecuária do IFF *Campus Bom Jesus* do Itabapoana. Deve-se considerar que os egressos não possuíam uma obrigatoriedade em responder todas as perguntas e, desse modo, todos se sentiam à vontade para responder ou não àquela questão que considerasse pertinente, como por exemplo, o gráfico que envolvia a faixa salarial, o qual apresentou um índice menor de resposta. O questionário foi subdividido em quatro tópicos, quais sejam: Informações gerais, Análise da situação profissional atual, avaliação do curso/instituição e autoavaliação do egresso. Ao final foi

solicitado do egresso que fizesse comentário ou sugestão que pudesse contribuir para melhor inserção no mercado de trabalho.

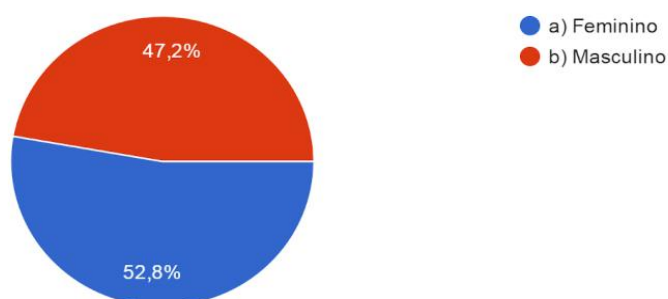
4.1 ASPECTOS GERAIS DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA IFF *CAMPUS* BOM JESUS.

O questionário buscou levantar os dados gerais dos egressos com intuito de entender se houve predominância de gênero, se os egressos estão concluindo o curso Técnico em Agropecuária dentro da faixa etária prevista na legislação. Se há predominância entre uma das modalidades do curso, em que tipo de escola concluiu o ensino fundamental e em que nível de formação o egresso se encontra atualmente.

Gráfico 1: Perfil (gênero) dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

1. Gênero do entrevistado

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do Campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Ao analisar o Gráfico 1, observa-se que há um equilíbrio entre os dados em relação aos egressos do gênero masculino e feminino, com pequena vantagem para o gênero feminino.

Na aplicação do questionário havia uma pergunta livre para que os egressos pudessem se manifestar, caso desejassem. Segue a fala de uma das alunas do curso Técnico em Agropecuária.

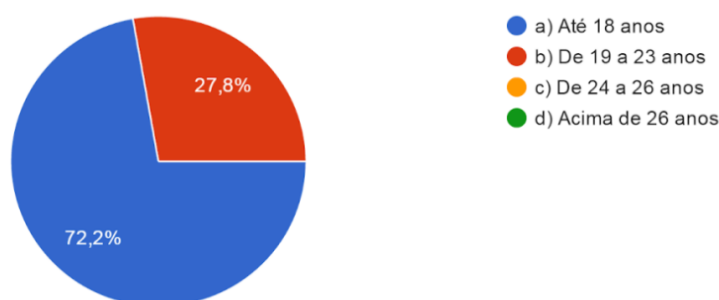
“Acredito que devido a grandes mudanças ocasionadas por todo mundo, o mercado de trabalho ainda prossegue com o pensamento arcaico de que um bom técnico em agropecuária cabe somente ao sexo masculino.”

De acordo com o relato da aluna, há que se observar que mesmo com as evoluções do mundo, a sociedade ainda tem uma visão restrita em relação à atividade agropecuária realizada por mulheres, podendo com isso, causar entraves nas transformações inerentes ao mundo do trabalho realizado pelas mesmas.

Gráfico 2: Perfil (idade) dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

2. Idade da conclusão do curso Técnico em Agropecuária

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do Campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

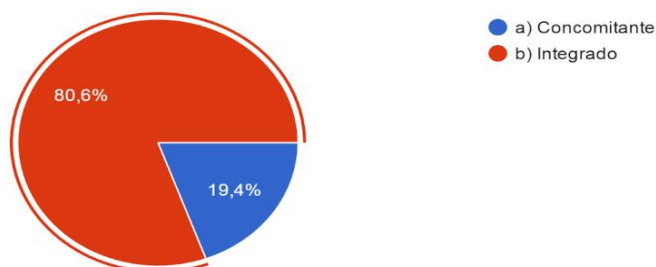
Pode-se inferir que, no Gráfico 2, grande parte dos alunos concluiu o curso com a idade de até 18 anos, ficando um número bem menor de concludentes com idade de 19 a 23 anos.

Conforme prevê o artigo 4º, inciso II, da LDB 9394/96 “é dever do Estado a educação escolar pública gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”. Diante desse contexto, pode-se inferir que os dados do gráfico vão ao encontro do que preconiza a legislação, com relação à faixa etária considerada regular para a conclusão dos cursos de nível médio. (BRASIL, 1996).

Gráfico 3: Modalidade do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).

3. Qual a modalidade do curso?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

No Gráfico 3, constata-se que há uma predominância no percentual de alunos da modalidade integrado em relação ao número de alunos da modalidade concomitante.

Tendo como referência o Gráfico anterior (2) vale ressaltar que o número maior de concludentes em idade regular (18 anos) é consequência de um número maior de alunos da modalidade integrado, tendo em vista que é a modalidade mais buscada pelos alunos, ou seja, que tem uma maior demanda. Ressalta-se que há também uma menor oferta de vagas para a modalidade concomitante.

Tal demanda pode ser justificada pelo interesse no ensino propedêutico, associado ao ensino médio técnico gratuito e de qualidade que o IFF *Campus* Bom Jesus oferece, constatado pela alta relação candidato:vaga dos processos seletivos.

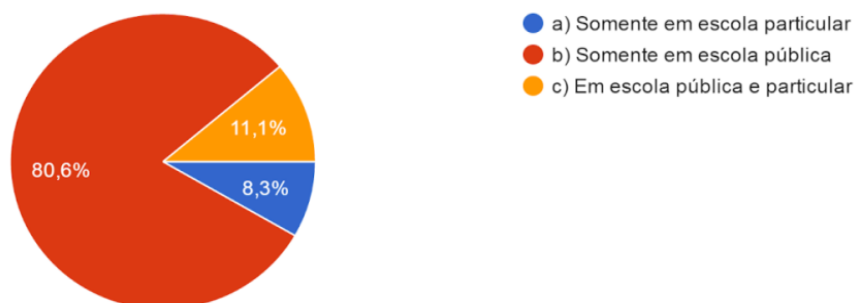
Tendo como base a matriz curricular do curso técnico em agropecuária, é possível observar que na modalidade concomitante, os alunos contam com 200 horas de disciplinas propedêuticas, enquanto na modalidade integrado, é oferecido um quantitativo de 2400 horas de disciplinas propedêuticas, conforme matriz curricular em anexo. (IFFLUMINENSE, 2018).

Vale destacar que o curso técnico na modalidade concomitante possibilita o ingresso de estudantes que não tiveram oportunidade de ingressar na idade regular, por questões diversas ou de estudantes que não conseguiram uma vaga na modalidade integrado por meio do processo seletivo devido a alta concorrência pelas vagas.

Gráfico 4: A origem da instituição dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/ 2016).

4. Em que tipo de instituição você cursou o Ensino Fundamental?

72 respostas



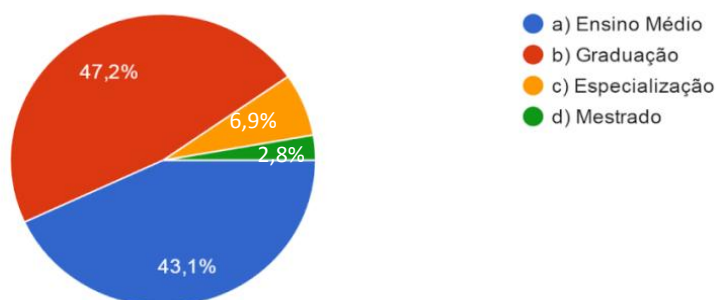
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

A partir do Gráfico 4, pode-se inferir que um número significativo de alunos que ingressam na rede federal da EPT tem sua origem na escola pública, à época ainda não havia implementação da legislação sobre as cotas, porém a instituição recebia um número significativo de alunos da escola pública. Desse modo, observa-se que a instituição oferta um número de vagas nos processos seletivos que são extremamente disputadas, demonstrando a valorização da rede pública e o empenho dos alunos em conquistá-las.

Gráfico 5: Nível de formação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

5. Qual o seu nível de formação atualmente?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

O Gráfico 5 apresenta um panorama de continuidade de estudos dos egressos. Do total de egressos consultados, um percentual de (43,1%) não deu continuidade aos estudos. Em contrapartida, a maior parte avançou até a graduação (47,2%), especialização (6,9%) e mestrado (2,8%). Diante desse contexto, pode-se inferir que o gráfico consolida dados significativos de egressos que continuaram/continuam estudando, demonstrando que o aluno tem buscado a continuidade dos estudos em nível superior.

A Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Ensino, estabelece, em seu Art. 7.º, a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (BRASIL, 2008).

A educação superior de graduação, no âmbito do IFF, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), está pautada em uma concepção de formação que contempla os aspectos humano, político, cultural, científico, técnico, tecnológico, artístico e estético, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de atuar de forma responsável, transformadora e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional. (IFFLUMINENSE, 2019).

Um número expressivo de egressos busca a continuidade dos estudos tanto no IFF quanto em outras instituições de ensino superior.

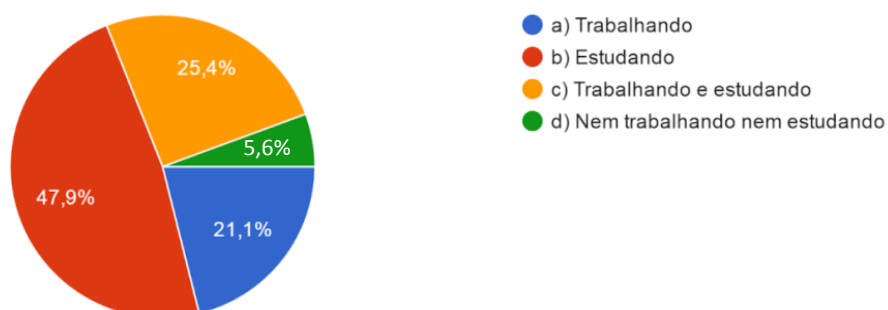
4.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA IFF *CAMPUS* BOM JESUS.

No subitem, buscamos investigar se o egresso está inserido no mundo do trabalho ou está priorizando a continuidade dos estudos, bem como seu grau de satisfação pessoal, além de suas perspectivas de crescimento profissional e social.

Gráfico 6: Situação atual dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

6. Atualmente você está:

71 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

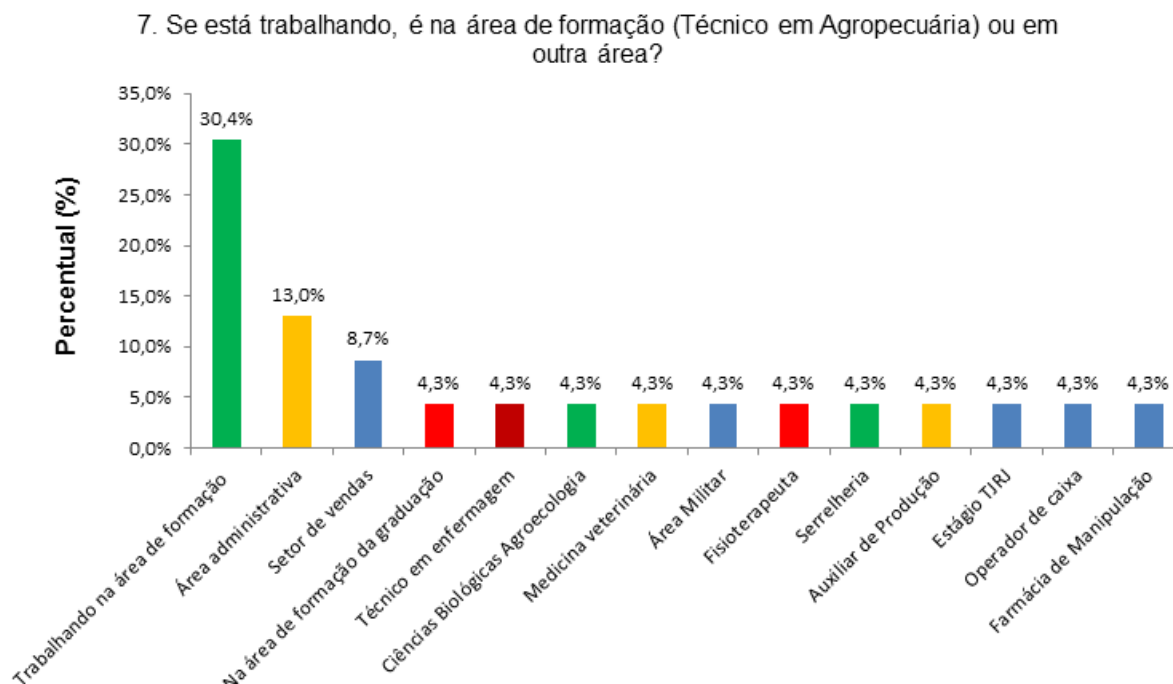
O Gráfico 6 traz dados acerca do percentual de egressos que se encontra apenas estudando (47,9%); em seguida, observamos que os que estão trabalhando e estudando somam 25,4%; enquanto 21,1%, apenas trabalham; e 5,6%, não estão trabalhando e nem estudando. É válido esclarecer que o *Campus* Bom Jesus oferece o curso superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos, contando com matrícula de egresso dessa pesquisa.

Para elucidar a pesquisa, seguem breves relatos dos egressos que participaram da entrevista/questionário no espaço reservado para sugestões e comentários:

“Nunca pare de estudar! Você jamais perderá seus conhecimentos!”

“Buscar se informar, atualizar e nunca desistir. Superar suas dificuldades e se capacitar sempre.”

Gráfico 7: Trabalho/área de formação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

De acordo com as informações do Gráfico 7, no total de egressos que respondeu à questão, um percentual de 30,4% está atuando na área. Já os demais declaram suas atuações em áreas diversas, conforme pode ser observado.

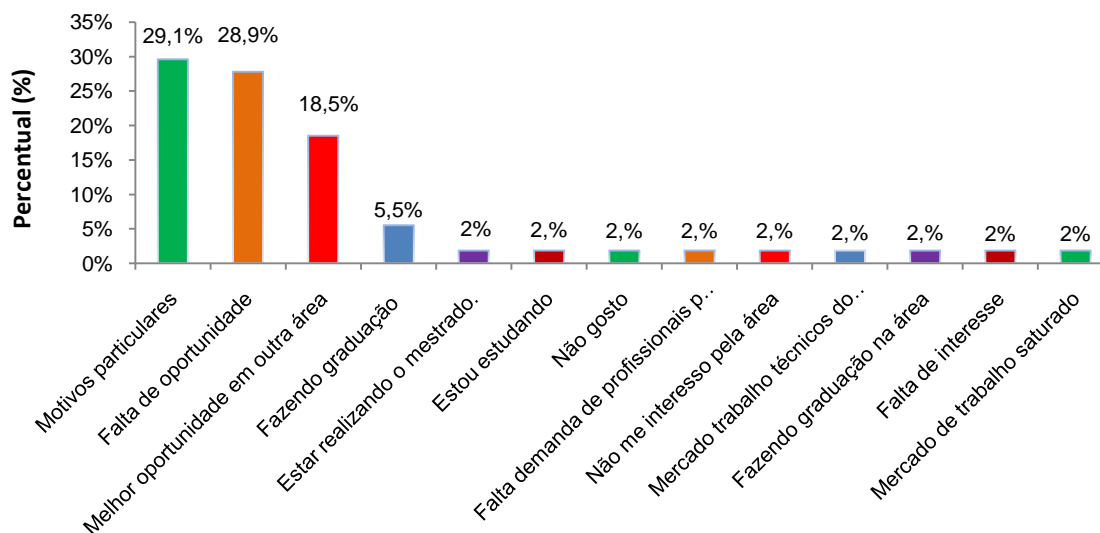
No questionário havia uma questão aberta em que os egressos poderiam manifestar caso desejassem. Seguem algumas sugestões dos egressos, registradas na referida questão aberta:

“A escola proporcionar mais estágio fora da instituição para que aluno possa aprender na prática o que aprendeu na teoria e a escola procurar indicar os alunos as empresas contratantes.”

“Sugiro que criem projetos voltados para a cidade, envolvendo alunos e ex alunos do curso, juntamente com a população Bonjesuense! Para que ocorra expansão do mercado de trabalho da área na região, gerando assim oportunidade de empregos na área!”

Gráfico 8: Trabalho/ área de formação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).

8. Se não está trabalhando como Técnico em Agropecuária, o motivo é:



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Ao analisar o Gráfico 8, podemos observar os motivos pelos quais determinado percentual de egressos do Curso Técnico em Agropecuária não está atuando na área de formação. Dentre eles, os que mais se destacam são motivos particulares (29,1%), falta de oportunidade (28,9%), melhor oportunidade em outra área (18,5%) e por outras razões (23,5%).

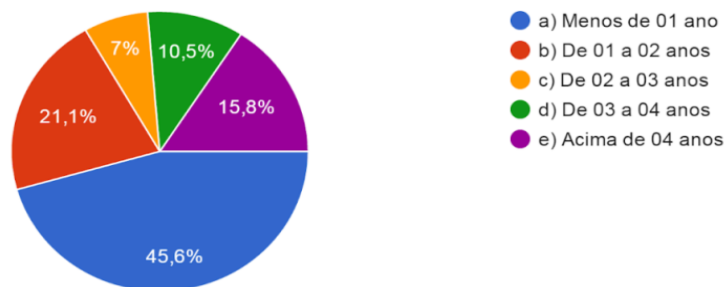
De acordo com os egressos, a região Noroeste Fluminense (NOF) não oferece grandes possibilidades de emprego, gerando com isso um desinteresse por parte dos alunos em seguirem a carreira.

Torna-se necessário que os governos tanto municipal, estadual e federal criem estratégias de fomento à agropecuária na região.

Gráfico 9: Tempo/atividade profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

9. Quanto tempo houve entre a formatura no curso Técnico em Agropecuária e o início de sua atividade profissional?

57 respostas



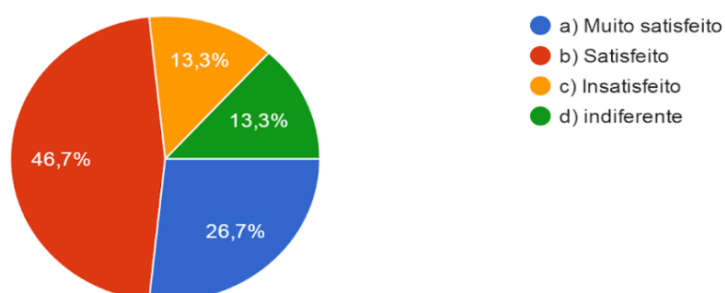
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

O Gráfico 9 está relacionado aos egressos que estão exercendo uma atividade profissional e o tempo que os mesmos levaram para serem inseridos na referida atividade. O maior percentual (45,6%) demonstra que grande parte deles levou pouco tempo, considerando que os demais representam, respectivamente, 21,1%, 15,8%, 10,5% e 7%. Há que se esclarecer que esses dados são para os que estão inseridos no mundo do trabalho.

Gráfico 10: Satisfação/atividade profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

10. Qual o seu grau de satisfação em relação à atividade profissional exercida atualmente?

60 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

No Gráfico 10, há um índice significativo de egressos satisfeitos com a atividade profissional exercida atualmente, no entanto, há que se considerar que baseado nos dados anteriores, a grande maioria não está inserida na área técnica concluída. Sendo assim, pode-se concluir que as áreas distintas da área de formação técnica estariam remunerando melhor ou proporcionando maior satisfação pessoal.

O IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana tem buscado oferecer uma formação diversificada aliada à formação técnica. Porém, por meio da questão aberta aos egressos, os mesmos trazem relatos conforme podemos observar abaixo:

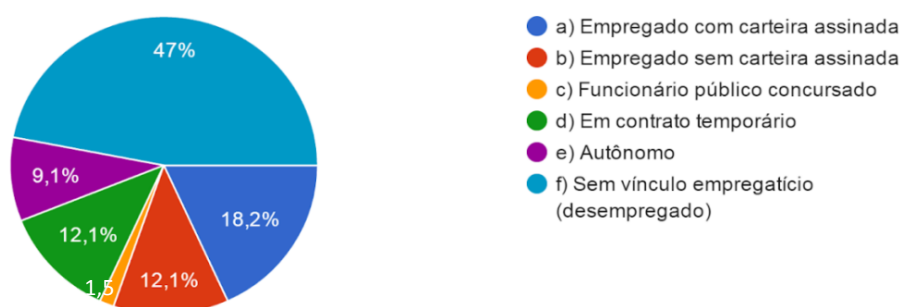
“Focar mais em aulas práticas, ter um comprometimento dos servidores. Menos envolvimento político partidária. No mais tenho a agradecer, foi no IFF que eu dei meus primeiros passos!”

“Disciplinas, ou até mesmo cursos livres e palestras, voltadas à administração pública e a gerência de negócios, seriam válidas, uma vez que o aluno do curso integrado sai com pouca experiência para desempenhar tarefas desta natureza e com conhecimento superficial em legislação. Esta vivência profissional pode também incentivar o profissional a trabalhar de maneira microempresarial”.

Gráfico 11: Vínculo empregatício dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/ 2016).

11. Qual o vínculo empregatício na organização que exerce sua atividade profissional?

66 respostas



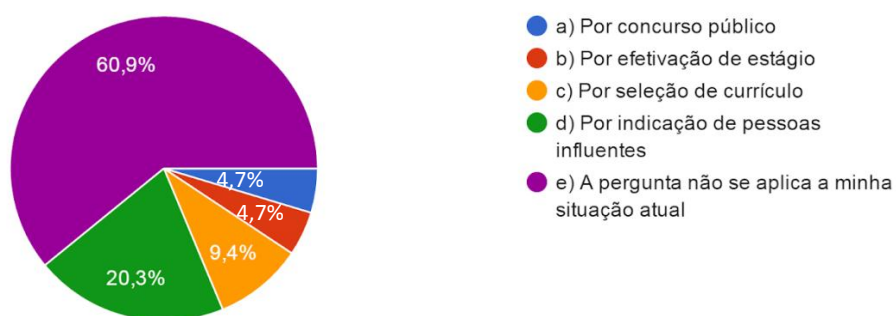
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

O Gráfico 11 indica que um percentual de 53% conta com vínculo empregatício de diversas formas, tais como: 18,2% exercem suas atividades com carteira assinada, 12,1%, exerce suas atividades sem carteira assinada, denunciando uma informalidade, 1,5%, está direcionado aos egressos com vínculo através de concurso público, 12,1% em contrato temporário e 9,1% conseguem exercer suas atividades como autônomo. Um percentual de egressos sem vínculo empregatício atinge um percentual de 47, %.

Gráfico 12: Forma de obter o vínculo empregatício dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

12. Como você obteve seu emprego atual?

64 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

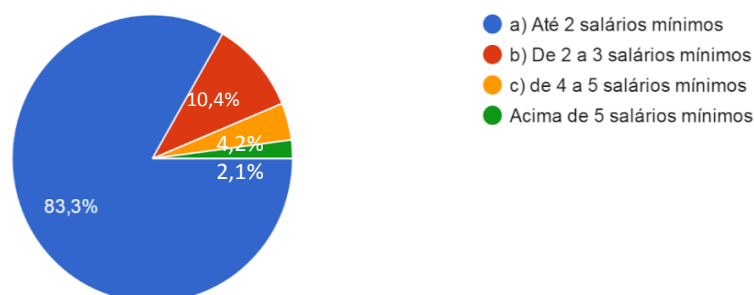
No Gráfico 12, o maior percentual (60,9%) optou por dizer que a pergunta não se aplicava. Em seguida, a informação é de que foram indicados por pessoas influentes (20,3%), por seleção de currículo (9,4%) e, conforme evidenciado anteriormente (gráfico 11), o menor percentual (4,7%) é direcionado para o concurso público e efetivação após realização de estágio.

Tais dados demonstram a importância e a necessidade da instituição criar programas voltados para a inserção dos egressos no mundo do trabalho.

Gráfico 13: salarial dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).

13. Qual é sua faixa salarial, considerando o salário mínimo vigente de R\$998,00 ?

48 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

A partir do Gráfico 13, pode-se inferir que um alto percentual (83,3%) dos egressos que estão trabalhando, atingem a faixa salarial de até dois salários mínimos, restando uma média de 16,7% para serem remunerados com até cinco salários mínimos, de forma gradativa.

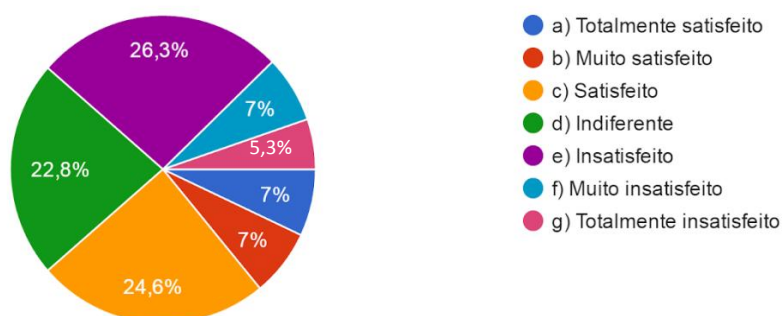
Já foi observado por meio do gráfico 7 que um grande percentual dos egressos não está trabalhando, apenas estudando, o que pode denotar uma escolha pelo curso superior em vez de ingressar no mundo do trabalho como técnico.

Há que se considerar ainda, conforme citado anteriormente, que o município apresenta um percentual reduzido do PIB, tal fato pode ser caracterizado pela informalidade em relação à atividade e falta de investimento em modernização agrícola e pecuária na referida região, contribuindo para que a faixa salarial fique em torno de dois salários mínimos (CEPERJ, 2010).

Gráfico 14: Nível de satisfação/ aspecto financeiro dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

14. Qual o seu nível de satisfação na situação profissional atual, em relação ao aspecto financeiro?

57 respostas



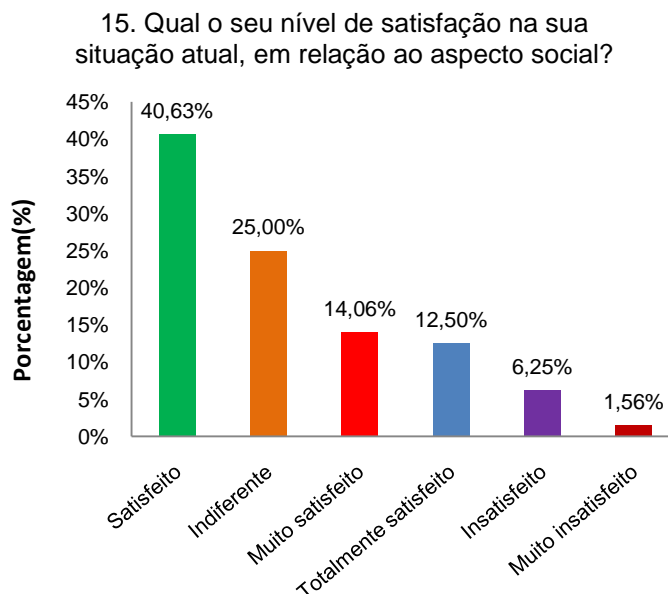
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

No Gráfico 14, observa-se uma insatisfação com relação à questão salarial dos egressos que estão inseridos no mundo do trabalho, apresentando apenas um percentual de 24,6% que estão satisfeitos e uma minoria de 7%, muito satisfeita. Em relação a tal fato, cabe refletir se a área de formação está sendo importante para os alunos. Ou será que os alunos estão cursando o técnico em virtude do ensino propedêutico, já que a própria sociedade valoriza o diploma do ensino superior e os alunos podem estar sendo influenciados por essa valorização?

Segue o relato de um egresso que participou da pesquisa:

“Curso fantástico que "abriu" minha cabeça em relação à vida profissional e pessoal. Que continuem com este curso, e dando oportunidade para as pessoas realmente estão interessadas em fazer o curso de técnico em agropecuária, pois desde quando estudei percebia que grande parte das pessoas não só no curso referido, mas como nos outros estavam lá mais pelo ensino médio que é de alta qualidade também. Isso para mim acaba fazendo com que as pessoas que precisam destes cursos profissionalizantes não consigam entrar”.

Gráfico 15: Nível de satisfação/aspecto social dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana.



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Já em relação ao aspecto social, no gráfico 15, pode-se constatar um grande percentual (40,63%) de satisfação dos egressos. Ressalta-se que os Institutos Federais foram criados com um olhar direcionado à promoção da justiça, igualdade e inclusão social.

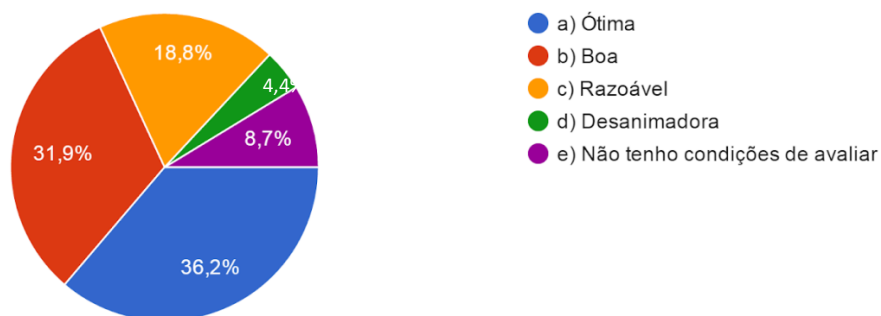
A Lei nº 11.892/2008 lista as características e finalidades dos Institutos Federais em seu artigo 6º, inciso I, procurando evidenciar a preocupação com a formação do cidadão: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. (BRASIL, 2008).

Há que se destacar que a EPT não deve ser compreendida como instrumento que prepara o trabalhador para executar tarefas, mas como uma oportunidade de contribuir para formação de um sujeito pleno, reflexivo e que contribua para o desenvolvimento local, regional e até mesmo nacional.

Gráfico 15: Perspectiva de crescimento profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

16. Qual é, em sua visão, a perspectiva de crescimento profissional em sua área?

69 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Tendo como base o Gráfico 16, pode-se inferir que há uma perspectiva positiva para o crescimento profissional do egresso, demonstrando um percentual de 36,2% para ótima; de 31,9% para boa, e de 18,8% considera razoável.

A pesquisa com egressos permite uma política de análise da formação oferecida pelos Institutos Federais por meio de informações/coleta de dados, criando oportunidades necessárias para justificar possibilidades de continuidade do curso, adequação do curso existente, bem como iniciativa para criação de novos cursos.

Segundo NERI (2001, p.36),

Empregabilidade tem haver com saúde profissional. Ter empregabilidade é conseguir rapidamente emprego em qualquer organização, independente do momento em que vive o mercado em termos de maior ou menor demanda. O termo empregabilidade acabou por alcançar uma dimensão inusitada, ampliando o conceito de maior capacidade para uma pessoa ser empregada. Hoje, o conceito de empregabilidade já alcança a noção de capacidade ou condição de uma pessoa possuir um conhecimento, serviço ou produto que possa ser usufruído não só por empresas, mas também por indivíduos ou grupos isolados.

A partir da análise do tópico VII (situação profissional atual dos egressos do curso Técnico Em Agropecuária IFF *Campus* Bom Jesus) do questionário, é possível observarmos que, segundo os egressos, grande parte deles deu continuidade aos estudos, muitos deles estão apenas estudando e um percentual menor estudando e

trabalhando. Tal fato pode demonstrar que o jovem tem buscado o estudo como forma de crescimento pessoal e profissional. O percentual de técnico em agropecuária que está atuando na área não é o mais expressivo segundo os egressos, pois alegam que a região Noroeste Fluminense (NOF) não oferece grandes possibilidades de emprego, gerando com isso um desinteresse por parte dos alunos em seguirem a carreira. Por outro lado, os egressos que estão inseridos no mundo trabalho declararam não ter levado muito tempo para conseguir emprego. Quando questionado sobre o vínculo empregatício, encontramos diversas informações como inclusive um percentual de 12,% sem carteira assinada, denunciando uma informalidade. Alguns preferiram omitir a forma de obter o emprego e grande parte relatou que foi por indicação de pessoas influentes, o que parece ser uma prática comum nos pequenos municípios. Com relação à faixa salarial dos egressos, a mesma pode atingir até dois salários mínimos. Observamos que os egressos se manifestaram insatisfeitos em relação à questão salarial. Com relação à satisfação no aspecto social, os egressos demonstraram satisfação e percebem a instituição como uma oportunidade de contribuir para sua formação plena e humanística. E para finalizar esse subitem, questionamos sobre a perspectiva de crescimento profissional; observa-se que os egressos acreditam em uma perspectiva positiva de crescimento profissional.

4.3 AVALIAÇÃO DO CURSO/INSTITUIÇÃO.

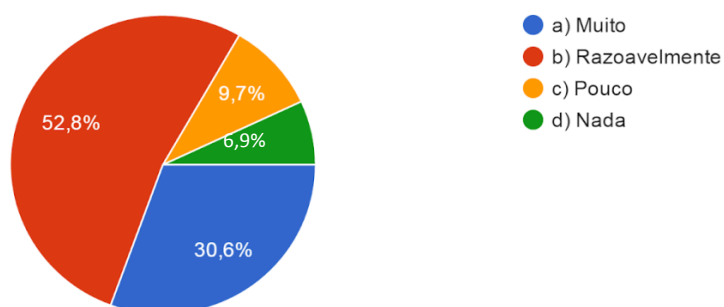
As questões do tópico V.III (Avaliação do Curso/Instituição) tiveram como objetivo coletar informações sobre o preparo do egresso em sua formação para o mundo do trabalho. E ainda sua percepção quanto à relevância do curso e das disciplinas profissionalizantes, bem como a qualificação dos docentes para sua formação e seu desenvolvimento técnico-científico e cultural.

Consideramos relevante indagar do egresso se realizou ou se está em realização outros cursos após sua formação. Em seguida questionamos se os mesmos mantinham contato com o a instituição.

Gráfico 16: Atuação/trabalho profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/, 2014/2016).

17. Você se sentia preparado para o mercado de trabalho quando se formou como Técnico em Agropecuária?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

No Gráfico 17, observa-se que o curso técnico em agropecuária do IFF Bom Jesus demonstra certa articulação com o mundo do trabalho, levando em consideração que 30,6% dos egressos se consideraram muito preparados e apenas 16,6% se sentiam pouco ou nada preparados.

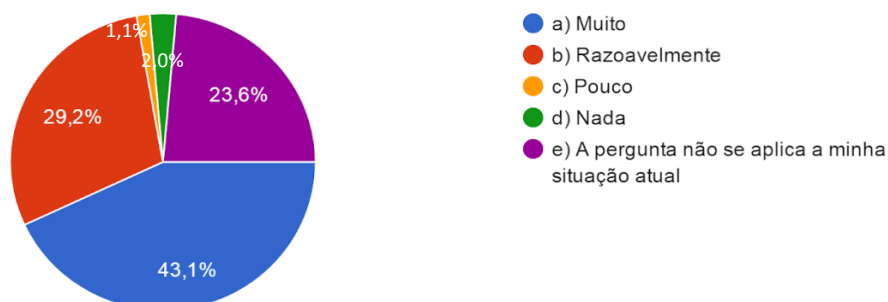
É relevante mencionar que o destino do egresso não deve ser apenas o *campus* de sua formação, mas a região como um todo, bem como o território nacional, conforme prevê a Lei 11.892/08, em artigo 6º, inciso I:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Gráfico 17: Atuação/trabalho profissional dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/ 2014/2016).

18. As disciplinas profissionalizantes contribuíram para o seu desempenho profissional?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

No Gráfico 18, observa-se um percentual (43,1%) com uma contribuição significativa, seguida de 29,2% de uma contribuição razoável. Há que se esclarecer que o curso conta com uma matriz curricular com uma carga horária expressiva de aulas práticas.

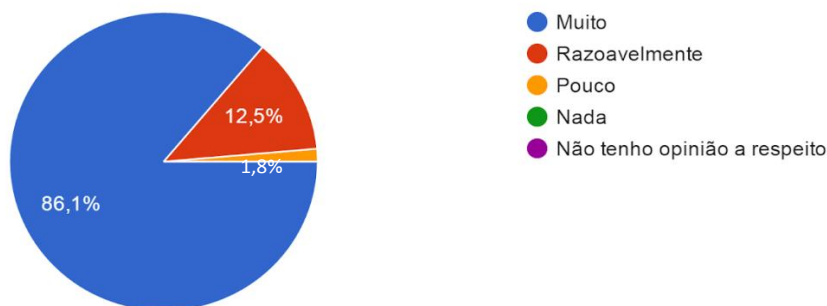
De acordo com a matriz curricular do curso técnico em agropecuária, modalidade concomitante, os alunos contam com 200 horas de disciplinas propedêuticas, 1400 horas de disciplinas específicas, totalizando uma carga horária de 1600 horas. Já na modalidade integrado, oferece 2400 horas de disciplinas propedêuticas e 1400 horas de específicas, totalizando 3800 horas (IFF, 2018).

Diante desse contexto, pode-se inferir que as disciplinas profissionalizantes nas duas modalidades têm uma carga horária expressiva.

Gráfico 18: Desenvolvimento cultural/pessoal dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

19. O curso como um todo colaborou para seu desenvolvimento cultural e pessoal?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

O Gráfico 19, nos revela índices significativos (86,1%) por parte dos egressos em relação ao IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana. Ressalta-se que a grande maioria dos egressos confirma a contribuição da referida instituição em seu desenvolvimento.

A missão dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas de novas tecnologias. Dessas instituições, portanto, é esperado que respondam às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e por suporte aos arranjos produtivos locais. (PACHECO, 2012, p.9).

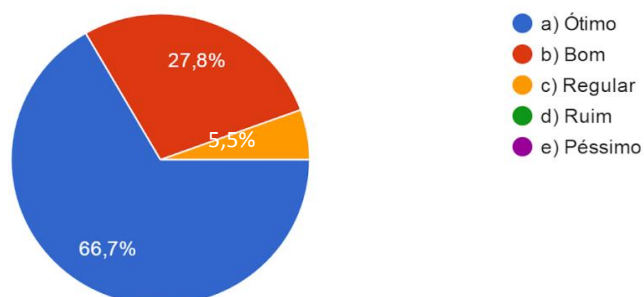
Há que se registrar relatos dos entrevistados, dada a relevância dos mesmos.

“Curso fantástico que “abriu” minha cabeça em relação à vida profissional e pessoal. Que continuem com este curso”.

Gráfico 19: Desenvolvimento cultural/pessoal dos egressos do IFF Bom Jesus (2012/2014/2016).

20. De forma geral, qual é o conceito que você atribui aos professores do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

O resultado observado no Gráfico 20 vem justificar um reflexo da política de valorização dos docentes da instituição. O IFF promove a valorização dos profissionais por meio de qualificação, conforme previsto em um dos objetivos da Resolução Nº 58/2016 do IFFluminense:

Elevar o nível de qualificação de profissionais, com vistas a atender, com crescente qualidade, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão no IFFluminense, na perspectiva da valorização do servidor e da educação pública (RESOLUÇÃO, 2016, p. 5).

Nesse sentido, o IFF, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, parte do pressuposto de que a educação é um processo que liberta o homem, torna-o sujeito de suas aprendizagens e produtor de conhecimento a partir de suas próprias experiências e valores (humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos), com sólida base científica, cultural e tecnológica, formando-o para o mundo do trabalho. Assim, considera que a educação é para o trabalho e para a cidadania. (IFFLUMINENSE, 2019).

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada do IFFluminense para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação é um instrumento de gestão que integra a Política Institucional, na qual a formação do servidor assume relevância. Como Política Institucional, atinge todos os profissionais efetivos de forma equânime e se consolida a partir da conjugação de três fatores: as diretrizes traçadas para a administração pública, a importância estratégica da capacitação do servidor para a gestão e a aspiração do servidor no sentido de seu aperfeiçoamento, num movimento de fortalecimento da missão e do compromisso institucional com os estudantes e com a sociedade. (IFF, 2019, 79)

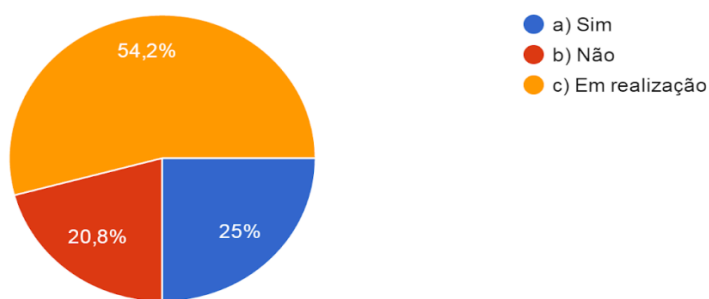
Os egressos verificam que os docentes são bem qualificados, grande parte com pós-graduação, em nível de Doutorado, e sua formação continuada é incentivada constantemente pela Instituição.

O profissional que se sente valorizado tende a desempenhar com afinco suas atribuições.

Gráfico 20: Curso de graduação dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

21. Após o curso Técnico em Agropecuária, você realizou curso(s) de graduação?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

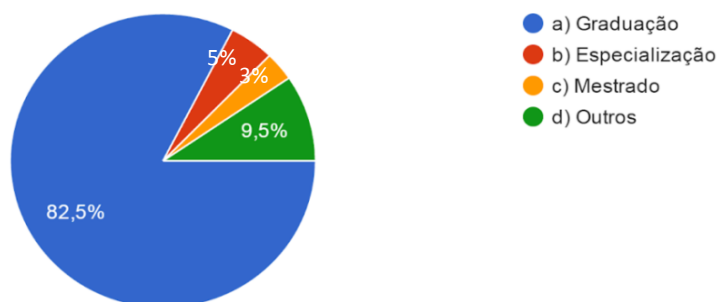
Por meio dos índices apresentados no Gráfico 21, pode-se inferir que o egresso está buscando dar continuidade aos estudos em nível superior. Essa informação foi abordada no Gráfico 05 em que trata da continuidade de estudos dos egressos.

Além disso, pode-se considerar que o nível de escolaridade pode contribuir para reduzir as desigualdades sociais e proporcionar um universo mais amplo de oportunidades no mundo do trabalho.

Gráfico 21: Curso realizado/realização dos egressos do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

22. Em caso afirmativo, qual o nível do último curso realizado e/ou em realização?

63 respostas



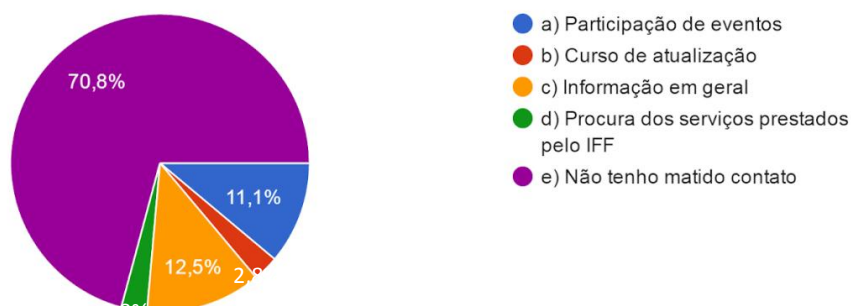
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do Campus do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

O Gráfico 22 vem consolidar dados relevantes: um número significativo de egressos está cursando um nível superior como a graduação, especialização e mestrado. Todavia, esse índice é significativamente maior nos cursos de graduação, visto que o recorte temporal da pesquisa (2012, 2014 e 2016) contribui para esse resultado, considerando o período de realização da graduação e se o ingresso foi de imediato ou não. Ainda assim, tivemos participantes da entrevista que estão cursando graduação, especialização e mestrado, esse fato vem demonstrar mais uma vez o desejo do egresso em dar prosseguimento aos estudos.

Gráfico 22: Contato com a instituição do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

23. Você tem mantido algum contato com o IFF Bom Jesus?

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Conforme o Gráfico 23, a grande maioria dos egressos (70,8%) não tem mantido contato com o IFF Bom Jesus. Todavia, observa-se um percentual (12,5%) que busca informação e outro percentual (11,1%) que participa de eventos promovidos pela instituição como, por exemplo, “Abril Indígena”, “Mostra do Conhecimento: ensino, pesquisa e extensão”, “Novembro Negro”, dentre outros.

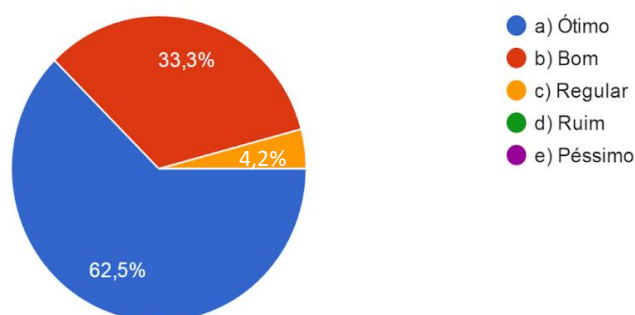
Nesse sentido, Lousada e Martins (2005, p. 74) afirmam que uma das finalidades das instituições é inserir profissionais aptos para exercerem suas atividades, nesse sentido eles destacam também que as instituições necessitam da pesquisa do egresso para avaliar se estão logrando êxito no seu propósito, ou seja, formando profissionais qualificados aptos a ingressar no mercado de trabalho.

Dessa forma, pode-se inferir a necessidade da instituição manter um contato com o egresso e criar mecanismos de acompanhamento que possibilitem que o mesmo possa ser um norteador das políticas educacionais.

Gráfico 23: Conceito atribuído ao curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

24. Qual é o conceito que você atribui ao curso Técnico em Agropecuária que concluiu?

72 respostas



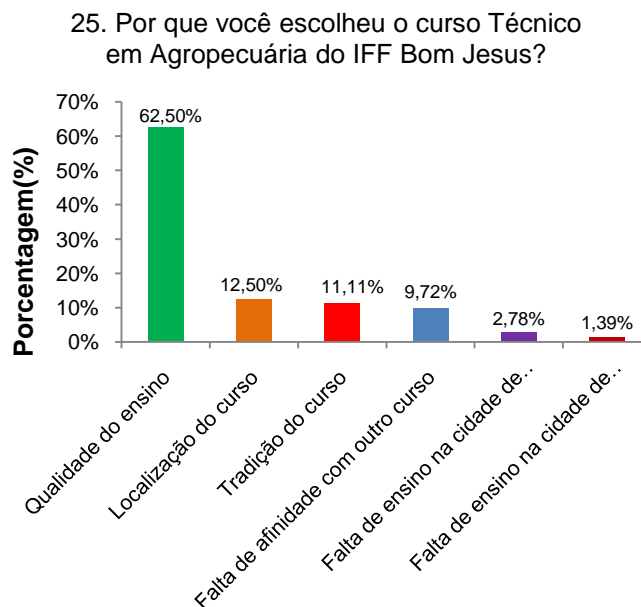
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

De acordo com as informações do Gráfico 24, nenhum egresso atribuiu conceito negativo ao curso. Os conceitos variaram entre ótimo, bom e regular.

Segundo Silva (2013, p. 54),

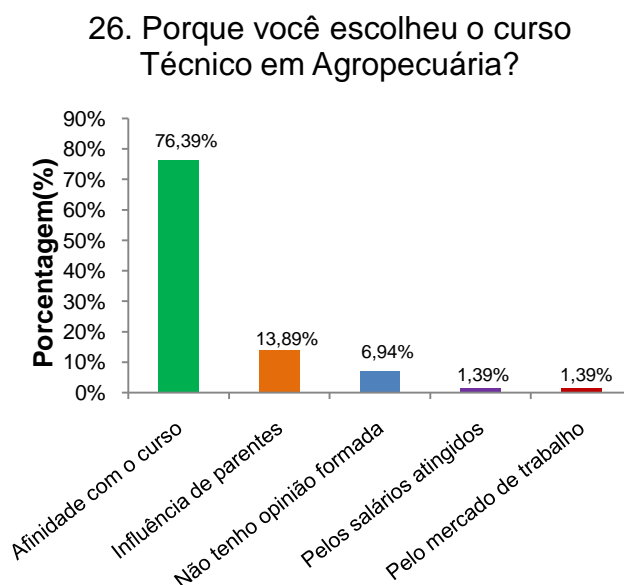
É válido ressaltar que o CTAIBB consolidou o curso técnico em Agropecuária muito antes de se tornar IFF, mais precisamente em 1974. Tal curso surgiu no intuito de auxiliar o desenvolvimento agrícola do NOF. Cabe elucidar que o campus Bom Jesus também está localizado na divisa com os Estado do Espírito Santo, recebendo alunos dos seguintes municípios capixabas: Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado.

Gráfico 24: Motivo/escolha do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Gráfico 25: Motivo/ escolha do curso Técnico em Agropecuária (2012/2014/2016).



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Baseado nos Gráficos 25 e 26 pode-se inferir que a qualidade do ensino foi enaltecida pelos egressos, apresentando um percentual significativo em relação à escolha do local e a escolha do curso. Em relação às causas relevantes sobre a

escolha do curso, além da localização do *campus*, pode-se destacar a afinidade com a área e a influência de parentes e amigos.

A EPT ocupa um papel importante na sociedade procurando gerar conhecimento aliado a uma prática interativa com a realidade local e regional, produzindo uma perspectiva emancipatória na construção de uma sociedade mais igualitária.

Sobre a análise do tópico V.III (Avaliação do Curso/Instituição), os egressos declararam com significância estarem razoavelmente preparados e em seguida muito preparados, esse fato demonstra que a instituição tem se empenhado em fazer um bom trabalho.

Com relação às disciplinas profissionalizantes estudadas, os egressos também se manifestaram de forma positiva passando uma idéia de que a instituição tem cumprido seu papel.

No que se refere ao envolvimento cultural e pessoal com o curso, é relevante analisar como é significativa essa relação da instituição com o desenvolvimento do egresso, não só de cunho acadêmico, mas de desenvolvimento pessoal, cultural, humanístico.

Foi atribuído um bom conceito aos docentes do curso. Vale ressaltar que há na instituição um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico Profissional e à Formação Continuada dos Servidores do IFFluminense, por meio da Resolução 58/2016 e observamos o reflexo dessa valorização sendo percebido pelos egressos.

Pudemos constatar que grande parte dos egressos continua os estudos em diversas modalidades com uma predominância para a graduação, o que demonstra que o egresso tem buscado um universo mais amplo e novas conquistas no mundo do trabalho.

Com relação ao contato com a instituição, os mesmos declararam pouco contato com o IFF, o que interfere na pesquisa do egresso, pois as informações pessoais ficam defasadas.

Os egressos atribuíram conceitos bom e ótimo ao curso Técnico em Agropecuária, isso vem demonstrar a relevância em pesquisar o curso. Quando questionados sobre o motivo da escolha do curso, as questões afinidade e qualidade do ensino se destacam, demonstrando a importância da Rede Federal e do curso Técnico em Agropecuária.

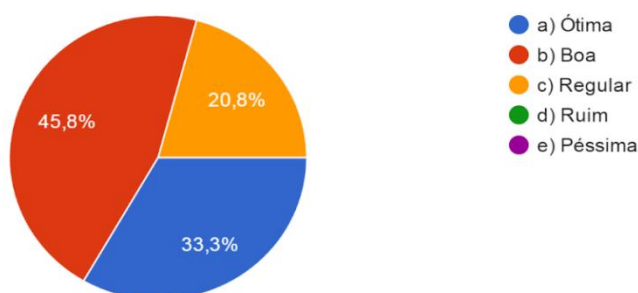
4.4 AUTOAVALIAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA IFF *CAMPUS* BOM JESUS.

Este tópico foi destinado a coletarmos dos egressos como eles se autoavaliaram com relação à dedicação aos estudos no decorrer do curso, assiduidade, se os mesmos participaram de atividades fora da sala de aula como projetos e por fim como eles se viam enquanto alunos do curso Técnico em Agropecuária.

Gráfico 26: – Dedicação aos estudos, curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

27. Quanto a sua dedicação aos estudos durante o curso, você pode afirmar que foi:

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF - Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

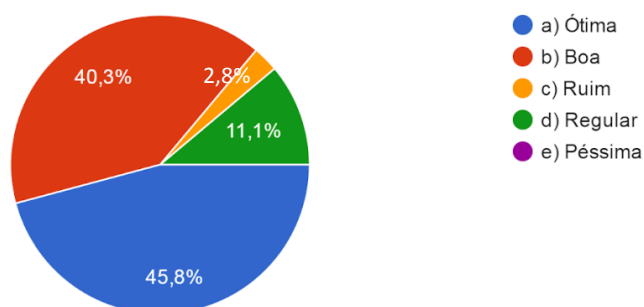
A análise do Gráfico 27 vem legitimar os dados da pesquisa, tendo em vista que os egressos se declararam dedicados ao curso, o que permite que os mesmos sejam capazes de fazer uma análise mais crítica sobre o referido curso.

Ressalta-se que educação para o trabalho é entendida como potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação, tornando o cidadão um agente político. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. (IFF, 2019, p. 67)

Gráfico 27: Pontualidade/assiduidade ao curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus Itabapoana (2012/2014/2016).

28. Quanto a sua assiduidade e pontualidade às aulas, você pode afirmar que foi:

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

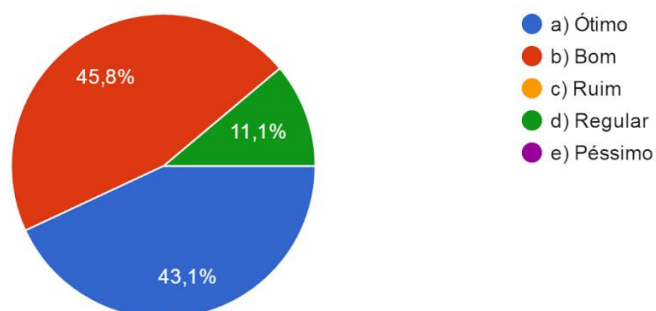
O Gráfico 28 vem ratificar o comprometimento dos egressos com o curso por meio da assiduidade considerada pela maioria como ótima, boa e regular (97,2%), restando uma parcela mínima (2,8%) que não se considerou assíduo.

Esse resultado vem demonstrar a importância da formação ofertada pela rede federal de EPT e o interesse dos estudantes por um estudo de qualidade que os possibilite condições mais favoráveis na sociedade.

Gráfico 28: Envolvimento nas atividades do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016)

29. Quanto ao envolvimento nas atividades (projetos, consultas, bibliografias, trabalho, etc.) solicitad...ante o curso, você pode afirmar que foi:

72 respostas



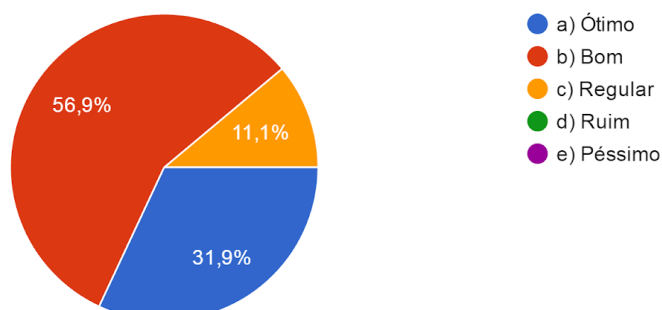
Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

Os dados Gráfico 29 demonstram que a instituição fomenta a participação dos alunos em atividades que contribuam para o aprendizado, tendo em vista que vão além de aulas convencionais, despertando o interesse e estimulando o crescimento sócio-cultural.

Gráfico 29: Autoavaliação de desempenho do egresso do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus do Itabapoana (2012/2014/2016).

30. Você como aluno(a) foi:

72 respostas



Fonte: Pesquisa realizada com egressos do *Campus* do IFF Bom Jesus do Itabapoana, 2019.

De acordo com Gráfico 30, os egressos se autoavaliaram como bom, ótimo e regular.

A formação dos egressos pode ser considerada um fator na criação de oportunidades, gerando possibilidades de avanço na vida dos mesmos, inclusive continuidade dos estudos.

Se na autoavaliação apresentam, em média, um bom desempenho, esse fato pode ser considerado como aspecto positivo para o egresso e para a instituição.

Sobre a análise do tópico V.IV (Autoavaliação dos Egressos e o Curso Técnico em Agropecuária IFF *Campus Bom Jesus*), os egressos declararam-se assíduos, demonstrando com isso um comprometimento e dedicação. Com relação às atividades fora da sala de aula, demonstraram participação, interesse e finalmente se autoavaliaram apresentando um bom desempenho, o que pode ser considerado como um fator positivo tanto para a instituição quanto para o egresso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, intitulada ***Egressos do Instituto Federal Fluminense, Campus Bom Jesus do Itabapoana: Uma análise de sua inserção no mundo do trabalho***, teve como propósito fazer um estudo com os egressos do Curso Técnico em Agropecuária do IFFluminense - *Campus Bom Jesus do Itabapoana*, nas modalidades integrado e concomitante, nos anos de 2012, 2014 e 2016, de modo a analisar de que forma eles estão sendo inseridos no mundo do trabalho, se há contribuição da instituição nesse ou em outro aspecto, bem como se houve continuidade dos estudos.

O egresso pode ser considerado ponto expressivo para a pesquisa, tendo em vista que ele é indicador de informações que reflete na sociedade o processo educativo institucional.

O estudo sobre os egressos pode contemplar diferentes aspectos relativos ao funcionamento da instituição, quanto à educação profissional oferecida pelo *campus*, à perspectiva de êxito ou não da continuidade dos estudos e quanto ao exercício da profissão.

Há que se ressaltar que a atividade de agropecuária ocupa um lugar de relevância na economia da região, atendendo, dessa forma, o que prevê a Lei nº 11.892/2008, que trata da criação dos Institutos Federais. Além disso, uma das finalidades e características da referida lei é a adaptação de soluções técnicas como processo educativo, de forma a atender às peculiaridades regionais.

O *Campus Bom Jesus do Itabapoana* está localizado no interior do Noroeste Fluminense, com um formato agrícola e uma credibilidade alcançada por alguns fatores como a demanda de matrículas registradas desde os anos de 1970 até a presente data, gerando um fortalecimento da EPT. Sua história se inicia muito antes da institucionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e sempre teve uma presença muito forte no município de Bom Jesus do Itabapoana. Dessa forma, compreender como tem sido essa representação na sociedade, em relação ao mundo do trabalho, à continuidade dos estudos, e se a instituição tem cumprido seu papel conforme previsto em sua lei de criação passou a ser nosso norteador.

Para se chegar a possíveis conclusões, utilizamos dados da pesquisa bibliográfica, análise documental e dados estatísticos obtidos em entrevista/questionário, aplicados por meio de contato telefônico, por rede social (Facebook), aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp) e plataforma de serviços de formulários *online* (*Google Forms*). Os contatos para acesso aos egressos foram obtidos por meio da Coordenação de Registros Acadêmicos da instituição, onde ficam arquivados seus dados cadastrais obtidos no ato da matrícula.

Houve grande dificuldade em fazer contato com os egressos, pois não há um registro de dados atualizados, uma vez que os mesmos alteram endereços residenciais e números de telefones, mas não repassam essas informações para a Coordenação de Registros Acadêmicos. Há, ainda, aqueles que mudam de residência para outros municípios e Estados. Por outro lado, foram extremamente relevantes e gratificantes os contatos efetivados, pois muitos egressos expressaram um grande entusiasmo e gratidão pela instituição se sentindo valorizados em contribuir para pesquisa.

De acordo com os resultados obtidos, os indicadores relativos à continuidade dos estudos revelam que o maior percentual de egressos está buscando a continuidade dos estudos como graduação, especialização e mestrado, conforme demonstrado no Gráfico 05.

. Os indicadores apontam também que em relação à inserção no mundo do trabalho, há uma absorção considerada tímida em relação à atuação na área de formação. De acordo com o resultado apresentado pelo Gráfico 07, aponta que um percentual de 13% está atuando na área, enquanto um percentual significativo encontra-se atuando em áreas diversas.

No geral, os egressos conceituaram o curso como bom e apontam para uma perspectiva de crescimento, porém estão buscando outros níveis de estudo. Tal fato pode ser considerado dado a dificuldade de oportunidades em determinados municípios ou territórios de abrangência e falta de investimento por parte dos governantes.

É importante destacar que os dados dessa pesquisa com egressos do IFF *Campus* Bom Jesus do Itabapoana foram realizados apenas com um curso técnico, dos muitos existentes em todo o país. Há necessidade de se elaborar pesquisas mais amplas sobre o curso de agropecuária e o mundo do trabalho.

Não há aqui uma pretensão de alcançar todas as respostas para as indagações dessa dissertação, mas trazer instrumentos geradores de reflexão para que possam contribuir para o desenvolvimento da instituição.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Parecer 16/99**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf. Acesso em 10 set. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 06 de ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 06 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Portal Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 de nov. de 2018.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-806, set./dez. 2011.

CARMO, R. G.; ALVES, A. E. S. **Trabalho e Educação: entre as ambiguidades da teoria do capital humano e os reais interesses dos trabalhadores sobre a escola**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p.129-141, jan./abr.2013.

CAMPOS, Silvana. Pereira. **Para além da educação: a contribuição do Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ**. 2016. Dissertação. (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 2016.

CASTIONI, R.; SOUZA, E. C. L (Orgs.). **Institutos federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CRUZ, J. L. V. **Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminense frente aos grandes projetos estratégicos**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2007.

ESCOTT, C. M; MORAES, M. A. C. História da Educação Profissional no Brasil: As políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. Anais Eletrônicos [...].* João Pessoa: UFPB, 2012, p. 1492-1508. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf Acesso em: 04 de set. 2018.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, G. A gênese do decreto n.5.154/2004. *In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio integrado: concepções e contradições*, São Paulo: Cortez, 2005. cap.1, p. 21-56.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho educação no Brasil hoje. *In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs). Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 241-288.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100, p.1129-1152, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

GIORGI C. M.; ALMEIDA S. F. Ensino Profissional no Brasil: diálogos com a ditadura militar. **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 262-281, jan./jun. 2014.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

Instituto Federal Fluminense - IFF **Portal do Instituto Federal Fluminense**. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/arquivos/2016/abril/regulamentacao-didatico-pedagogica-vigente.pdf>. Acessado em 22 de nov. de 2018.

Instituto Federal Fluminense - IFF. **Histórico**. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/apresentacao>. Acessado em: 14 mai. 2019.

Instituto Federal Fluminense - IFF. **Pesquisa e Inovação**. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/pesquisa-e-inovacao>. Acessado em: 15 mai. 2019.

Instituto Federal Fluminense - IFF. **Pesquisa e Extensão** Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/extensao-e-cultura>. Acessado em: 17 mai. 2019.

Instituto Federal Fluminense - IFF. **Deliberação CENP**. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/deliberacoes/cenpei/2014/deliberacao-cenpe-no-11-de-04-de-agosto-de-2014>. Acessado em: 31 mai. 2019

Instituto Federal Fluminense - IFF. **Resolução nº 58, de 07 de outubro de 2016**. Atualiza o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e a Formação Continuada dos Servidores do IFFluminense. Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/servidor/politica-de-capacitacao/edicao-2014-plano-de-apoio-ao-desenvolvimento-academico-profissional-e-a-formacao-continuada-dosservidores>. Acessado em 12 fev. de 2019.

KUENZER, O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 70, p. 15-39, abr. 2000.

KUENZER, A. **Ensino de 2º Grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, A. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1988.

KUENZER, A. **Ensino Médio**: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, A. Z. **Educação profissional**: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Disponível em: <http://www.dn.senac.br/flip/bts/bts-43-2/index.html#101>. Acesso em 20 abr. de 2018.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA FILHO, D. L.; QUELUZ, G. L. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan/jun. 2005.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 73-84, jan./apr. 2005.

MACHADO, L. R. S. Trabalho e Educação Profissional no Brasil: Formação Humana ou para o mercado? *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 9., 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos [...]** João Pessoa: UFPB, 2012, p. 4202-4214. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.14.pdf. Acesso em: 04 de set. de 2018

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARON, N. M. W.; GERMANO, M. S. Perspectivas e desafios para a formação profissional no atual contexto da educação e do mundo do trabalho no Brasil, **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 51-63, mai./ago. 2010.

MARX, K. **O Capital**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 1.

NERI, M. **A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

OCDE. **Learning for Jobs**. 2010. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/learning-for-jobs_9789264087460-en. Acesso em: 24 abr.2018.

OLIVEIRA M. R. N. S.; VIANA I. C. Políticas de educação profissional no mundo globalizado: o caso brasileiro – abordagem comentada. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n. 2, p. 43-62, mai./ago. 2012.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, E. (Org). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: propostas de diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.

PAULA, M. A. F.; MACHADO, A. S. Educação profissional no Brasil: formação para o trabalho ou para a cidadania?, *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS

PÚBLICAS, GESTÃO E PRÁXIS EDUCACIONAL, 6., 2017, Bahia. **Anais Eletrônicos [...]**. Bahia: UESB, 2017, p. 3007-302.. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7415/7188>. Acessado em 06 de set 2018.

SANCHES, M. C. **Políticas públicas**: regulamentação do ensino técnico profissional na era Vargas (1930-1945). 2012. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2012.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: Investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEVERNINI, E. R.; ORELLANO, V. I. F. O Efeito do Ensino Profissionalizante sobre a Probabilidade de Inserção no Mercado de Trabalho e sobre a Renda no Período Pré- PLANFOR. **Revista economia**, n. 11, p. 155-174, jan./abr. 2010.

SILVA, Artur. Rezende. **O Instituto Federal Fluminense e o desenvolvimento local e regional**: o desafio da inserção profissional dos egressos do campus Bom Jesus no Noroeste Fluminense. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 2014.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo Viana. **Noroeste Fluminense**: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento. 2015. Dissertação. (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 2015.

SOUZA, Simone Rosa da Silva. **Impactos de políticas de formação continuada dos docentes do Instituto Federal Fluminense-Campus Bom Jesus do Itabapoana-RJ**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-RJ, 2016.

TAVARES, M. G. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Santa Catarina. **Anais Eletrônicos [...]**. Santa Catarina: UEPG-PR, 2012, p. 1-21. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em: 04 de set. 2018.

WINCKLER C.R.; SANTAGARDA S. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2019.

APÊNDICE I- QUADRO LOCALIDADES ONDE FORAM CONSTITUÍDAS AS REITORIAS DOS NOVOS INSTITUTOS FEDERAIS.

INSTITUIÇÃO	SEDE DA REITORIA	UF
Instituto Federal do Acre	Rio Branco	AC
Instituto Federal de Alagoas	Maceió	AL
Instituto Federal do Amapá	Macapá	AP
Instituto Federal do Amazonas	Manaus	AM
Instituto Federal da Bahia	Salvador	BA
Instituto Federal Baiano	Salvador	BA
Instituto Federal de Brasília	Brasília	DF
Instituto Federal do Ceará	Fortaleza	CE
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória	ES
Instituto Federal de Goiás	Goiânia	GO
Instituto Federal Goiano	Goiânia	GO
Instituto Federal do Maranhão	São Luís	MA
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros	MG
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora	MG
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre	MG
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba	MG
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá	MT
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS
Instituto Federal do Pará	Belém	PA
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa	PB
Instituto Federal de Pernambuco	Recife	PE
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina	PE
Instituto Federal do Piauí	Teresina	PI
Instituto Federal do Paraná	Curitiba	PR
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes	RJ
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal	RN
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	RS
Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria	RS
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	Pelotas	RS
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho	RO
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista	RR
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis	SC
Instituto Federal Catarinense	Blumenau	SC
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo	SP
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju	SE
Instituto Federal do Tocantins	Palmas	TO
Instituto Federal do Piauí	Teresina	PI

Fonte: Elaborado pela autora (2018), baseado em fontes fornecidas pela Lei nº 11.892/2008.

APÊNDICE II - MODELO DE QUESTIONÁRIO A SER UTILIZADO NA PESQUISA COM EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFFLUMINENSE/CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA, ENTRE OS ANOS DE 2012, 2014 E 2016.

I - Informações Gerais

01) Sexo do entrevistado:

- a. Masculino b. Feminino

02) Idade da conclusão do curso Técnico em Agropecuária:

- a. até 18 anos
b. de 19 a 23 anos
c. de 24 a 26 anos
d. acima de 26 anos

03) Modalidade do curso:

- a. Concomitante b. Integrado

04) Em que tipo de instituição você cursou o Ensino Fundamental:

- a. Somente em escola particular
b. somente em escola pública
c. Em escola pública e particular

05) qual o seu nível de formação?

- a. Ensino Médio
b. Ensino Superior
c. Especialização
d. Mestrado

II - Análise da situação profissional atual

06) Atualmente você está:

- a. Trabalhando
b. Trabalhando e estudando
c. Apenas estudando
d. Nem trabalhando e nem estudando

07) Se está trabalhando, é na área de formação (Técnico em Agropecuária)?

- a. Sim
b. Sim, parcialmente
c. Não. Qual? _____

08) Se não está trabalhando como Técnico em Agropecuária, o motivo é;

- a. Mercado de trabalho saturado
b. Melhor oportunidade em outra área
c. Motivos particulares
d. Falta de oportunidade
e. Outro: _____

09) Quanto tempo houve entre a formatura no curso técnico em agropecuária e o início de sua atividade profissional?

- a.() Menos de 01 ano
- b.() De 02 a 03 anos
- c.() De 02 a 04 anos
- d.() De 03 a 04 anos
- e.() Mais de 04 anos

10) Qual o seu grau de satisfação em relação a atividade profissional exercida atualmente?

- a.() Muito satisfeito
- b.() Satisfeito
- c.() Insatisfeito
- d.() Indiferente

11) Qual o vínculo empregatício na organização que exerce sua atividade profissional?

- a.() Empregado com carteira assinada
- b.() Empregado sem carteira assinada
- c.() Funcionário público concursado
- d.() Em contrato temporário
- e.() Autônomo

12) Como você obteve seu emprego atual?

- a.() Por concurso público
- b.() Por efetivação de estágio
- c.() Por seleção de currículo
- d.() Por indicação de pessoas influentes
- e.() A pergunta não se aplica a minha situação atual

13) Qual é sua faixa salarial?

- a.() Até 5 salários mínimos
- b.() De 5 a 10 salários mínimos
- c.() De 11 a 20 salários mínimos
- d.() Acima de 20 salários mínimos

14) Qual o seu nível de satisfação na situação profissional atual, em relação ao aspecto financeiro?

- a.() Totalmente satisfeito
- b.() Muito satisfeito
- c.() Satisfeito
- d.() Indiferente
- e.() Insatisfeito
- f.() Muito insatisfeito
- g.() Totalmente insatisfeito

15) Qual o seu nível de satisfação na sua situação atual, em relação ao aspecto social?

- a.() Totalmente satisfeito

- b.() Muito satisfeito
- c.() Satisfeito
- d.() Indiferente
- e.() Insatisfeito
- f.() Muito insatisfeito
- g.() Totalmente insatisfeito

16) Qual é, em sua visão, a perspectiva de crescimento profissional na sua área?

- a.() Ótima
- b.() Boa
- c.() Razoável
- d.() Desanimadora
- e.() Não tenho condições de avaliar

III - AVALIAÇÃO DO CURSO/INSTITUIÇÃO

17) Você se sentia preparado para o mercado de trabalho quando se formou como Técnico em Agropecuária?

- a.() Muito
- b.() Razoavelmente
- c.() Pouco
- d.() Nada

18) As disciplinas profissionalizantes contribuíram para o seu desempenho profissional?

- a.() Muito
- b.() Razoavelmente
- c.() Pouco
- d.() Nada
- e.() A pergunta não se aplica à minha situação atual

19) O curso como um todo colaborou para seu desenvolvimento cultural e pessoal?

- a.() Muito
- b.() Razoavelmente
- c.() Pouco
- d.() Nada
- e.() Não tenho opinião a respeito

20) De forma geral, qual é o conceito que você atribui aos professores do curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus?

- a.() Ótimo
- b.() Bom
- c.() Regular
- d.() Ruim
- e.() Péssimo

21) Após o curso Técnico em Agropecuária, você realizou curso(s) de graduação?

- a.() Sim
- b.() Não

c. () Em realização

22) Em caso afirmativo, qual o nível do último curso realizado e/ou em realização?

- a. () Graduação
- b. () Especialização
- c. () Mestrado
- d. () Outros

23) Você tem mantido algum contato com o IFF Bom Jesus?

- a. () Participação de eventos
- b. () Curso de atualização
- c. () Informação em geral
- d. () Procura dos serviços prestados pelo IFF
- e. () Não tenho mantido contato

24) Qual é o conceito que você atribui ao curso Técnico em Agropecuária que conclui?

- a. () Ótimo
- b. () Bom
- c. () Regular
- d. () Ruim
- e. () Péssimo

25) Por que você escolheu o curso Técnico em Agropecuária do IFF Bom Jesus?

- a. () Pela qualidade do ensino
- b. () Pela tradição
- c. () Pela localização
- d. () Não consegui vaga em outra instituição
- e. () Outros: _____

26) Porque você escolheu o curso técnico em agropecuária?

- a. () pela afinidade com a área
- b. () pelo mercado de trabalho
- c. () pela influência de parentes e amigos
- d. () pelos salários percebido
- e. () Não tenho opinião formada a esse respeito

IV - AUTO AVALIAÇÃO

27) Quanto a sua dedicação aos estudos durante o curso, você pode afirmar que foi:

- a. () Ótimo
- b. () Bom
- c. () Regular
- d. () Ruim
- e. () Péssimo

28) Quanto a sua assiduidade e pontualidade às aulas, você pode afirmar que foi:

- a. () Ótimo

- b.() Bom
- c.() Regular
- d.() Ruim
- e.() Péssimo

29) Quanto ao envolvimento nas atividades (projetos, consultas, bibliografias, trabalho, etc.) solicitadas durante o curso, você pode afirmar que foi:

- a.() Ótimo
- b.() Bom
- c.() Regular
- d.() Ruim
- e.() Péssimo

30) Você como aluno foi:

- a.() Ótimo
- b.() Bom
- c.() Regular
- d.() Ruim
- e.() Péssimo

Faça algum comentário ou sugestão que possa contribuir para melhor inserção no mercado de trabalho

ANEXO I - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA MODALIDADE INTEGRADO

MATRIZ CURRICULAR VIGÊNCIA: a partir de 2016 HORA-AULA: 50 minutos									
Disciplinas			1º ANO		2º ANO		3º ANO		
			Nº de aulas	Nº de horas	Nº de aulas	Nº de horas	Nº de aulas	Nº de horas	
NÚCLEO BÁSICO DE FORMAÇÃO DO TÉCNICO	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura	5	200	4	160	4	160	
		Artes	2	80	-	-	-	-	
		Educação Física	2	80	2	80	2	80	
		Língua Estrangeira/Inglês	2	80	2	80	-	-	
		Língua Estrangeira/Espanhol	-	-	-	-	2	80	
		Informática Básica	1	40	-	-	-	-	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Estudos Filosóficos e Sociológicos	2	80	2	80	2	80	
		História	-	-	2	80	2	80	
		Geografia	2	80	2	80	-	-	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	2	80	2	80	2	80	
		Física	2	80	2	80	2	80	
		Biologia	2	80	2	80	2	80	
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	160	4	160	4	160	
	ECIF ICO	Produção Vegetal	Agricultura I (Solos e	4	160	-	-	-	-

		Proteção de Plantas)					
		Agricultura II (Olericultura)	-	-	3	120	-
		Agricultura III (Culturas Anuais e Fisiologia Vegetal)	-	-	3	120	-
		Agricultura IV (Fruticultura, Silvicultura, Cafeicultura; Cultura da cana de açúcar)	-	-	-	-	4 160
	Produção Animal	Zootecnia I (Zootecnia Geral e Cunicultura)	2	80	-	-	-
		Zootecnia II (Piscicultura e Apicultura)	2	80	-	-	-
		Zootecnia III (Avicultura e Suinocultura)	-	-	3	120	-
		Zootecnia IV (Bovinocultura, Ovinocultura, Caprinocultura, Forragicultura e Nutrição de Ruminantes)	-	-	-	-	4 160
	Engenharia Agrícola	Infraestrutura I (Desenho, Construções Rurais e Topografia)	-	-	3	120	-
		Infraestrutura II (Mecanização e Irrigação e Drenagem)	-	-	-	-	4 160
	Agroindústria	Agroindústria	-	-	-	-	2 80
	Planej. Gestão e Projetos	Gestão e Extensão Rural	-	-	-	-	2 80
	Práticas	Práticas	-	-	3	120	3 120

	Agropecuárias	Agropecuárias					
Total das disciplinas propedêuticas (h/a – h)				2880 – 2400			
Carga horária das disciplinas específicas (h/a – h)				1680 – 1400			
Carga horária total das disciplinas (h/a – h)				4560 – 3800			

ANEXO II - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA MODALIDADE CONCOMITANTE

MATRIZ CURRICULAR VIGÊNCIA: a partir de 2016 HORA-AULA: 50 minutos						
			1º ANO		2º ANO	
		Disciplinas*	Nº de aulas	Nº de horas	Nº de aulas	Nº de horas
NÚCLEO BÁSICO DE FORMAÇÃO	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Português Instrumental	2	80		
		Informática Básica	2	80	-	-
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	2	80		
NÚCLEO ESPECÍFICO DO CURSO	Produção Vegetal	Agricultura I (Solos e Proteção de Plantas)	4	160	-	-
		Agricultura II (Olericultura)			3	120
		Agricultura III (Culturas Anuais e Fisiologia Vegetal)			3	120
		Agricultura IV (Fruticultura, Silvicultura, Cafeicultura; Cultura da cana de açúcar)			4	160
	Produção	Zootecnia I (Zootecnia Geral e Cunicultura)	2	80		

	Animal	Zootecnia II (Piscicultura e Apicultura)	2	80		
		Zootecnia III (Avicultura e Suinocultura)	-	-	3	120
		Zootecnia IV (Bovinocultura, Ovino e Caprinocultura, Forragicultura e Nutrição de Ruminantes)			4	160
	Engenharia Agrícola	Infraestrutura I (Desenho, Construções Rurais e Topografia)	3	120		
		Infraestrutura II (Mecanização e Irrigação e Drenagem)			4	160
		Gestão e Extensão Rural	2	80		
		Agroindústria	2	80		
		Práticas Agropecuárias I	3	120		
		Práticas Agropecuárias II			3	120
Total das disciplinas Propedêuticas (h/a – h)			240 – 200			
Carga horária das disciplinas específicas (h/a – h)			1680 – 1400			
Carga Horária das disciplinas			1920 – 1600			

ANEXO III - PARECER DA CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMA - UFF - 2008

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

Proc. 23069.071017/08-18

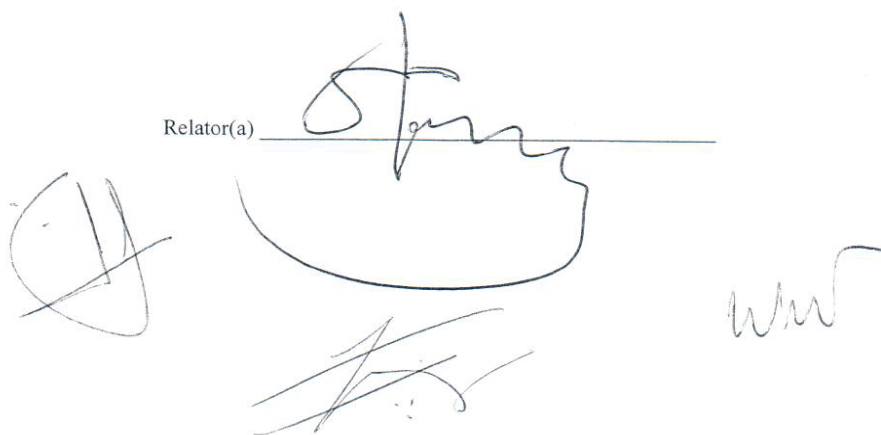
PARECER

A Câmara de Legislação e Normas manifesta-se favoravelmente ao pleito do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges - CTAIBB no sentido de sua desvinculação da Universidade Federal Fluminense – UFF e sua vinculação ao futuro Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFET Fluminense, nos termos da chamada pública MEC nº 002/2007 de 12/12/2007.

Sala das Câmaras Especializadas

17 de março de 2008

Relator(a)



The image shows several handwritten signatures and stamps. A large, stylized signature is written over a horizontal line. To the left of this line is a circular stamp with a diagonal slash. Below the main signature is another signature. To the right of the main signature is a smaller, more cursive signature.

**ANEXO IV - PARECER DA CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - UFF -
2008**

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Proc. 23069.071017/08-18

PARECER

A Câmara de Assuntos Administrativos – CAA acompanha o Parecer da Câmara de Legislação e Normas – CLN e da Câmara de Orçamento e Finanças – COF.

Sala das Câmaras Especializadas

19 de março de 2008



Relator Pedro Lentino

**ANEXO V - PARECER DA CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - UFF -
2008**

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Proc. 23069.07107/08-18

PARECER

A Câmara de Orçamento e Finanças manifesta-se favoravelmente ao pleito do Colégio Técnico Agrícola Ildelfonso Bastos Borges – CTAIBB no sentido de sua desvinculação da Universidade Federal Fluminense – UFF e sua vinculação ao futuro Instituto Federal de Educação e Tecnologia – IFET Fluminense, nos termos da chamada pública MEC nº 002/2007 de 12/12/2007.

Sala das Câmaras Especializadas

17 de abril de 2007

Relator(a)



Edson Alvisi Neves

ANEXO VI - RESOLUÇÃO Nº 046/2008 - UFF

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CONSELHO UNIVERSITARIO

RESOLUÇÃO Nº 046/2008

EMENTA: Aprova o posicionamento das Comunidades do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso de Bastos Borges - CTAIBB que contempla sua adesão ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, a ser implantado na região, nos termos da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, 12/12/2007.

O **CONSELHO SUPERIOR da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, no exercício de suas atribuições regimentais e estatutárias, considerando o que consta dos autos do processo nº 23069.071017/08-18 o que foi deliberado, em sua reunião ordinária do dia 26 de março de 2008.

R E S O L V E :

Art. 1º - APROVAR o posicionamento da Comunidade do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso de Bastos Borges (CTAIBB) pela adesão ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET e pelo encaminhamento à SETEC/MEC que constituirão novas Autarquias Federais, nos termos da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12/12/2007.


§ 1º - A UFF atuará em parceria com a SETEC no processo de transição do Colégio Agrícola para a nova Autarquia, podendo para este fim receber recursos orçamentários, financeiros e recursos humanos, bem como cargos de CD e FG, para atender suas necessidades, que serão repassados ao IFET.

MJ
Copiar com original
04/04/08
Jeonias Jureles
SIARE 3084502

§ 2º - Os servidores lotados no Colégio Agrícola Nilo Peçanha - CANP poderão optar em permanecer no Colégio ou ficarem lotados na UFF, quando da transformação da Unidade em Autarquia Federal, sendo que a adesão do Colégio Agrícola ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia não implica em perda de nenhum direito trabalhista de seus docentes e técnico-administrativo em educação.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Sala das Sessões, 26 de março de 2008


ROBERTO DE SOUZA SALLES
Presidente

De acordo.


ROBERTO DE SOUZA SALLES
Reitor

Confere com original
040408
Jeomara Mendes
SIAPÉ 3084507